2009 | 2010

Biênio da Transparência e da Cidadania

Senado Federal

Dezembro de 2010

JANINE MORAES / SENADO FEDERAL

Um Senado cada vez mais transparente

Assumi, pela terceira vez, a Presidência do Senado Federal sob o compromisso de mais uma vez modernizar a Casa. Foi um desafio em que contei com o apoio do corpo de funcionários – que reputo dos melhores do Brasil – e, sobretudo, com a dedicação de senadoras e senadores.

O essencial da ação do Senado Federal, como Casa do Poder Legislativo, é a feitura de leis. Preocupam-me dois riscos: o de paralisia, pelo processo de tramitação das medidas provisórias, e o de excesso legislativo, que pode levar à ineficácia das leis. O leitor verá que tivemos um grande número de leis importantes votadas, e podemos inovar propondo um novo caminho para a elaboração de novos códigos legislativos.

Devo destacar que imprimimos a todas as atividades do Senado Federal o maior grau de transparência possível. Os resultados podem ser acessados pela internet e põem a descoberto, em especial, todas as decisões administrativas, de maneira que o escrutínio da população seja o melhor fiscal de nossas ações. Tivemos um aumento importante na eficiência da gestão da Casa, com racionalização das atividades e economia de recursos. O Senado está organizado, batendo recordes em quantidade e qualidade de seus serviços, livre de problemas funcionais, com um plano de carreira implantado e o projeto de reforma administrativa em fase de aprovação. Superamos todas as dificuldades e voltaram a autoestima dos servidores e o respeito pelo nosso trabalho.

Nesta publicação, "Biênio da Transparência e da Cidadania", prestamos conta desses dois anos de administração, com as profundas transformações por que passou a Casa e o que produziu o Senado Federal. Foi um trabalho difícil e árduo em que contamos com a colaboração de senadoras e senadores e funcionários, recompensado pelo resultado alcançado.

José Sarney
Presidente do Senado Federal

Mesa do Senado Federal

Presidente: **José Sarney**
1º vice-presidente: **Marconi Perillo**
2º vice-presidente: **Serys Slhessarenko**
1º secretário: **Heráclito Fortes**
2º secretário: **João Vicente Claudino**
3º secretário: **Mão Santa**
4º secretária: **Patrícia Saboya**
Suplentes de secretário: **César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata**
Diretor-geral: **Haroldo Feitosa Tajra**
Secretária-geral da Mesa: **Claudia Lyra**

Expediente

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação: **Fernando Cesar Mesquita**
Diretor de Jornalismo: **Davi Emerich**

Diretor do Jornal do Senado: **Eduardo Leão**
Diretor da Agência Senado: **Mikhail Lopes**
Editores-chefes: **Fernanda Vidigal e Rafael Faria**

Edição: **Suely Bastos e Sylvio Guedes**
Reportagem e redação: **Aluizio Oliveira, Antonio Caraballo, Beto Almeida, Cláudia Tavares, Davi Emerich, Edna Carvalho, Eduardo Leão, Gustavo Portal, Helival Rios, Leila Herédia, Marco Antônio Reis, Mário Simões, Mikhail Lopes, Milena Galdino, Paulo Meira, Rafael Faria, Roberto Homem, Valter Gonçalves Júnior e Virgínia Galvez**
Produção: **Danielle Currlin, Monique Peixoto e Renato Parente**
Diagramação: **Claudio Portella**
Pesquisa de fotos: **Ana Volpe, Bárbara Batista, Leonardo Sá e Natasha Machado**
Revisão: **André Falcão, Pedro Pincer e Silvio Burle**
Tratamento de imagem: **Roberto Suguino**
Arte da capa: **Priscilla Paz**
Fotos da capa: **Geraldo Magela/Senado Federal e José Cruz/Senado Federal**

2009 | 2010 BIÊNIO DA TRANSPARÊNCIA E DA CIDADANIA

Esta é uma publicação da Secretaria Especial de Comunicação Social
www.senado.gov.br – E-mail: imprensasenado@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211
Praça dos Três Poderes, Anexo I do Senado Federal,
21º andar – Brasília-DF – CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – Seep

Fechamento desta edição: 7 de dezembro de 2010

Sumário

APRESENTAÇÃO 3
- Um Senado cada vez mais transparente

PRODUÇÃO LEGISLATIVA 7
- Crise, Copa e eleições não pararam o Senado
- Sugerida pela sociedade, Ficha Limpa é aprovada
- Plenário vota as duas primeiras leis do pré-sal
- País ganha política nacional para gestão do lixo
- Lei proposta por CPI amplia combate à pedofilia
- Aposentados e pensionistas têm reajuste de 7,72%
- Políticas para jovens e divórcio mais rápido
- Senado ouve sociedade por meio de audiências públicas
- Acordo de líderes acelera votações

NOVOS CÓDIGOS 14
- Senado trabalhou por uma Justiça mais ágil
- Código de Processo Penal em fim de tramitação
- Código do Consumidor deverá tratar também do superendividamento
- Projeto de novo Código Eleitoral será apresentado em 2011

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 18
- Crise dos atos secretos dá início a mudanças profundas
- Ex-diretores são punidos após trabalho da comissão
- Senado cortou metade das funções comissionadas
- Após auditoria do TCU, Senado reduz contratos e folha de pagamento
- Novas regras dão mais segurança às licitações
- Atos são hoje necessariamente publicados
- Regras mais rígidas para verbas e passagens aéreas
- Uso de celular por servidores teve corte de 20%

RECURSOS HUMANOS 25
- Plano de carreira e modelo de gestão valorizam servidores
- Menos horas extras e racionalização das jornadas
- Incentivo ao trabalho criativo e de qualidade
- Código de Conduta orientará os servidores
- Relatórios gerenciais detalham a força de trabalho da Casa
- Pesquisas atualizam dados de 6 mil pessoas
- Senado inicia programa de capacitação de chefias
- Salário de servidor sem vínculo com o de senador
- Concurso em 2011 deve suprir 180 vagas

TRANSPARÊNCIA 30
- Senado reagiu a denúncias abrindo acesso a dados
- Avanço técnico na pesquisa legislativa consolida o direito à informação
- Sistema premiado, o LexML já é conhecido como "o google das leis"
- Siga Brasil: instrumento técnico e de cidadania
- Acesso ampliado a informações institucionais
- Modernização do portal busca proximidade com o cidadão

COMUNICAÇÃO 36
- O cidadão como referência
- Rede Senado de TV e Rádio amplia seu alcance
- Secretaria aposta na interatividade das mídias sociais
- Maior capacidade de armazenar e transmitir
- *Em Discussão!* amplifica debates
- Programas receberam prêmios de jornalismo
- Comunicação do Senado adota plano estratégico para os próximos oito anos

ÓRGÃOS DO SENADO 40
- Prodasen põe tecnologia da informação a serviço do cidadão
- Ações verdes incluem economia de gastos e compras sustentáveis
- Reestruturação prepara Gráfica para melhorar serviços
- Transparência na gestão do plano de saúde
- Plenário revitalizado, ar-condicionado ecológico, praça de alimentação e acessibilidade
- Advocacia multiplica processos analisados
- Estudos de consultoria estão abertos ao público

NOVA LEGISLATURA 45
- Em 2011, 42 novos nomes no Plenário
- Romeu Tuma (1931-2010)

Crise, Copa e eleições não pararam o Senado

Dois anos que apontavam para o comprometimento do trabalho legislativo: 2009, o auge de uma crise política; 2010, a Copa do Mundo e as eleições gerais. Um balanço detalhado das atividades mostra, contudo, que o Senado aprovou matérias importantes para o país no último biênio.

No ano de 2009, quando o mundo atravessava uma grave crise financeira, foram aprovadas, por exemplo, novas regras para o pagamento de precatórios, que são as dívidas judiciais da União, estados, municípios e Distrito Federal; a Política Nacional sobre Mudança do Clima; a regulamentação das atividades de mototaxista, motoboy e motovigia; o projeto da CPI da Pedofilia, que aumenta o leque de condutas consideradas exploração sexual de crianças e adolescentes; e o projeto que inclui o sequestro relâmpago entre os crimes previstos no Código Penal. Nesse mesmo ano, o Senado também criou a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade.

Já em 2010, destacam-se, entre as propostas aprovadas, a isenção de impostos para materiais escolares, novas regras para a conta de energia, a regulamentação do crédito cooperativo e propostas de novos códigos eleitoral e de processo penal e civil.

O números do período mostram a dimensão do trabalho realizado. De fevereiro de 2009 a outubro de 2010, a Casa aprovou 3.179 matérias, entre projetos de lei, resoluções, emendas constitucionais, decretos legislativos, medidas provisórias, mensagens, requerimentos e outras.

Em 2009, foram aprovadas 2.160 matérias, entre elas, 21 MPs das 25 editadas. Em 2010, o número de matérias aprovadas chegou a 1.019. Foram 15 MPs analisadas, sendo que 14 foram convertidas em lei e uma perdeu a eficácia.

MOREIRA MARIZ / SENADO FEDERAL

Plenário do Senado: produção eficiente em anos difíceis

Sugerida pela sociedade, Ficha Limpa é aprovada

Um acordo de líderes permitiu a aprovação pelo Senado, no dia 19 de maio de 2010, do projeto que exige ficha limpa de candidatos a cargos eletivos. A proposta surgiu a partir de iniciativa popular, tendo recebido 1,6 milhão de assinaturas colhidas pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. A lei impede candidaturas de pessoas condenadas pela Justiça, em decisão colegiada (por grupo de juízes), por praticarem crimes de corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. Também amplia os casos e o período de inelegibilidade.

Entre as novas causas para impugnar candidaturas, o projeto incluiu o crime de corrupção eleitoral, inclusive compra de votos, prática de caixa dois ou conduta proibida em campanhas para os que já são agentes públicos. É necessário que o crime implique cassação do registro ou diploma, em julgamento na Justiça Eleitoral. Será declarada também inelegível a pessoa condenada com a suspensão dos direitos políticos por ato doloso de improbidade administrativa com lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

Outra causa para inelegibilidade pode ocorrer quando magistrados e integrantes do Ministério Público deixarem os cargos na pendência de processo administrativo. São ainda inelegíveis, salvo anulação ou suspensão do ato pela Justiça, os demitidos do serviço público devido a processo administrativo e os condenados por órgão profissional à perda do direito de trabalhar na área, em decorrência de infração ética ou profissional. Quem renunciar para não ser cassado não poderá se candidatar nas eleições seguintes.

O texto aumenta a lista de crimes que impedem a candidatura em processos por ação penal pública. Além dos contra a economia popular, a fé pública, a administração e o patrimônio públicos, são incluídos crimes contra o meio ambiente e a saúde pública, bem como crimes de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, prática de trabalho escravo e delitos cometidos por organização criminosa ou quadrilha.

Plenário vota as duas primeiras leis do pré-sal

O Plenário do Senado aprovou, na madrugada de 6 de junho de 2010, dois dos quatro projetos que compõem o marco regulatório para a exploração do petróleo da camada pré-sal: o PLS 7/10, que cria o Fundo Social e implanta o sistema de partilha do petróleo entre as empresas exploradoras e o governo; e o PLC 8/10, que autoriza a capitalização da Petrobras após a cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo à estatal.

O substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto que cria o Fundo Social recebeu 38 votos favoráveis e 31 contrários, com 1 abstenção. Em seguida, retornou para análise da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em 2 de dezembro. A nova análise dos deputados foi necessária pois o Senado incorporou ao texto que o regime de partilha será o modelo adotado na exploração do petróleo da camada pré-sal, que se estende, no subsolo marinho, do litoral de Santa Catarina ao do Espírito Santo.

Os senadores também aprovaram emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que distribui os *royalties* entre todos os estados e municípios, estabelecendo que a União compensará os estados produtores – Rio de Janeiro e Espírito Santo – pela perda de recursos.

Outra emenda, resultante de acordo entre os senadores, destina 50% dos recursos do Fundo Social para a educação pública básica e superior. E dessa parcela, 80% precisam ser aplicados na educação básica.

Pelo regime de partilha aprovado, o petróleo extraído passa a ser da União, depois de deduzidas as parcelas da empresa contratada referentes ao custo e à participação no óleo excedente.

Exploração em alto mar: divisão de *royalties* foi o ponto mais polêmico

STEFERSON FARIA / PETROBRAS

País ganha política nacional para gestão do lixo

Aprovada pelo Plenário em 7 de julho de 2010 e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mês seguinte, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) delega a responsabilidade do manejo do lixo, de forma compartilhada, aos governos, às indústrias e aos consumidores. A lei faz distinção do que pode ser considerado resíduo reciclável ou rejeito (sem reaproveitamento).

Os municípios têm até agosto de 2014 para fazer um plano de manejo dos resíduos sólidos. Todas as prefeituras deverão construir aterros sanitários adequados ambientalmente, onde só poderão ser depositados os resíduos sem possibilidade de reaproveitamento. Não será permitido catar lixo, morar ou criar animais em aterros sanitários. A lei também proíbe a importação de lixo.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece, entre suas novidades, a logística reversa. Ela obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a recolherem pilhas, baterias, pneus, restos de embalagens de agrotóxicos, óleos lubrificantes, lâmpadas e eletroeletrônicos usados.

A lei trata de todos os tipos de lixo – doméstico, industrial, da construção civil, hospitalar, entre outros – e tramitou por 21 anos no Congresso Nacional.

Nova lei incentiva a reciclagem e cria normas para aterros sanitários

ANA VOLPE / SENADO FEDERAL

Lei proposta por CPI amplia combate à pedofilia

A CPI da Pedofilia, presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), foi instalada no Senado em 2008 e, desde então, vem conseguindo importantes resultados, inclusive na aprovação de leis, no combate aos pedófilos, principalmente pela internet. Uma dessas propostas já está em vigor: a Lei 11.829/08. Ela tipificou como crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente a produção, aquisição e posse de material que contenha pornografia infantil, prevendo pena de até oito anos de reclusão.

Outras 11 propostas da CPI tramitam no Congresso. Entre elas, está o PLS 177/09, que agrava a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor se cometidos contra criança. Há ainda projetos de combate à prostituição infantil, como o PLS 275/08, e ao turismo sexual (PLS 235/09).

O PLS 233/09 torna necessário o exame criminológico antes da liberdade condicional de condenados por crime contra a liberdade sexual. Já o PLS 234/09 adia a prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes até que essas vítimas atinjam a maioridade.

Aposentados e pensionistas têm reajuste de 7,72%

O Senado aprovou, em maio de 2010, reajuste de 7,72% a aposentados e pensionistas da Previdência Social que ganham acima de um salário mínimo. O projeto (PLV 2/10) também acabava com o fator previdenciário, mas esse trecho foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Senadores contrários ao veto reclamaram que o fim do fator previdenciário seria mais importante para os trabalhadores que o reajuste. Isso porque, quando aplicado ao cálculo, o fator reduziria justamente os vencimentos de quem tem os salários mais baixos.

O fator previdenciário foi criado em 1999, na Reforma da Previdência Social, e se baseia em quatro pontos: alíquota de contribuição, idade, tempo de contribuição e expectativa de sobrevida. O Senado havia votado pelo fim do fator em 9 de abril de 2008, quando aprovou o PLS 296/03, do senador Paulo Paim (PT-RS). Enviado à Câmara, o projeto ainda não foi votado pelo Plenário.

Senado também aprovou fim do fator previdenciário, vetado pelo presidente Lula

MOREIRA MARIZ / SENADO FEDERAL

Políticas para jovens e divórcio mais rápido

O Congresso promulgou no dia 13 de julho de 2010 duas emendas constitucionais: a Emenda 65, que abre espaço para a criação de políticas públicas destinadas aos jovens; e a 66, que elimina a exigência de separação judicial prévia para obtenção do divórcio. As duas eram oriundas das chamadas PECs (propostas de emenda à Constituição) da Juventude e do Divórcio.

Quando o divórcio foi instituído no Brasil, em 1977, o texto da lei previa que, para obtê-lo, um casal precisava pedir a separação judicial e esperar um ano. Ou comprovar separação de fato por pelo menos dois anos.

A Emenda 66 simplificou procedimentos que retardavam o processo. Ao abolir o tempo de espera, os casais separados ficam imediatamente desimpedidos para novos casamentos.

Já a Emenda 65 inclui a menção ao jovem no capítulo da Constituição que trata dos interesses da família, da criança, do adolescente e do idoso. Assim, passa a ser dever do Estado assegurar também a esse grupo populacional políticas relativas a educação, lazer, profissionalização e proteção contra a exploração, negligência e violência.

José Sarney (*C*) preside sessão em que emendas foram promulgadas

CRISTINA GALLO / SENADO FEDERAL

PRECATÓRIOS

No dia 2 de dezembro de 2009, o Plenário aprovou, em dois turnos, proposta de emenda constitucional que altera as regras para o pagamento de precatórios, que são as dívidas judiciais da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. A PEC 12-A/06 criou um regime especial por meio do qual o pagamento dos precatórios alimentícios e de menor valor deve ter prioridade sobre os demais. A Emenda 62 foi promulgada pelo Congresso em sessão solene em 9 de dezembro de 2009. A proposta é um substitutivo da Câmara à PEC 12/06, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Foi aprovada, com parecer favorável da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A relatora disse na ocasião que a aprovação da PEC 12-A/06 deve permitir que a maioria dos municípios e estados salde essas dívidas em até 15 anos. O texto aprovado obriga os municípios a destinar entre 1% e 1,5% de suas receitas correntes líquidas para o pagamento dos precatórios. Esse percentual, para os estados, é entre 1,5% e 2%. Ainda de acordo com a emenda constitucional, 50% dos recursos dos precatórios serão usados para o pagamento por ordem cronológica e à vista.

ESTATUTO DO TORCEDOR

Em julho de 2010, o projeto que torna mais rígidas as punições contra torcedores que praticarem ou incentivarem a violência nos estádios foi aprovado pelo Senado e virou lei. O texto (PLC 82/09), do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), acrescenta ao Estatuto do Torcedor punições para excessos cometidos pelas torcidas organizadas, cambistas que venderem ingressos a preços abusivos e árbitros que aceitarem suborno. Torcedores que invadirem o campo ou se expressarem por faixas e cânticos ofensivos ou xingamentos a jogadores e juízes serão punidos com detenção e proibição de assistir a jogos por até três anos (antes o prazo máximo de afastamento era um ano). A violência ligada a jogos passou a motivar prisão por até três anos. Fogos de artifício, bebidas e objetos que possam ser usados em agressão física foram banidos dos estádios. Passou a existir punição específica aos torcedores que arremessarem objetos contra outros espectadores ou contra jogadores e juízes. Com a nova lei, todos os estádios com capacidade superior a 10 mil lugares foram obrigados a ter equipamentos de gravação de imagens. A lei responsabiliza civilmente as torcidas organizadas, que foram obrigadas a montar um cadastro dos seus associados, com fotos e endereços. Caso algum integrante cometa infração, toda a organização será responsabilizada.

VALE-CULTURA

O Plenário do Senado aprovou em dezembro de 2009 a criação do vale-cultura, um cartão magnético com crédito de até R$ 50 mensais a ser usado pelos trabalhadores com carteira assinada e renda de até cinco salários mínimos. O cartão valerá em cinemas, teatros, museus, *shows* e exposições ou na compra de livros, CDs, DVDs, jornais e revistas. Se a lei for sancionada da maneira como prevê o projeto (PLC 221/09), os aposentados também terão direito a R$ 30 mensais. Até 10% do valor do vale-cultura poderão ser descontados no contracheque, mas o trabalhador, por outro lado, pode recusar o benefício. As empresas que declaram Imposto de Renda com base no lucro real terão direito a deduzir até 1% do imposto devido se concederem o vale-cultura. O projeto foi apresentado pelo Executivo à Câmara, onde já havia sido aprovado. Mas, como o texto recebeu emendas de senadores, voltou àquela Casa e aguarda nova votação do Plenário.

LICENÇA-MATERNIDADE

A ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias recebeu o apoio unânime dos senadores presentes na sessão plenária de 3 de agosto de 2010. A mudança, prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 64/07) apresentada pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), foi aprovada em segundo turno e seguiu para exame da Câmara. A proposta – que altera a redação do inciso XVIII do artigo 7º da Constituição – estende a todas as trabalhadoras o benefício que havia sido concedido pela Lei 11.770/08 às funcionárias das empresas que aderissem ao Programa Empresa Cidadã. Por essa lei, originada de projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), as empresas que aderissem ao programa teriam benefícios fiscais. Rosalba Ciarlini, que deixa a Casa em 2011, pois foi eleita governadora do Rio Grande do Norte, disse que a proposta foi a primeira que apresentou no Senado, fruto de suas observações quando atuava como médica pediatra. "Via a angústia das mães quando tinham que voltar ao trabalho. Agora, a mãe vai voltar ao trabalho muito mais produtiva e tranquila, ao passo que a criança terá um desenvolvimento psíquico mais equilibrado", disse a senadora.

FOTOS: AYLA MILLERNTOR / CREATIVE COMMONS • ROLI SEEGER / SXC

VOTO ABERTO

Em junho de 2010 foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/04, do então senador Sérgio Cabral. Ela muda de secreto para aberto o voto dos parlamentares em apreciação de vetos do Executivo, votação para perda de mandato parlamentar e aprovação de determinadas autoridades para ocupar cargos públicos. O texto torna abertas, por exemplo, as votações para escolha de presidente e diretores do Banco Central, diretores de agências reguladoras, embaixadores e governador de território. Admite, entretanto, a manutenção da arguição secreta dos indicados para embaixadas, por envolver assuntos de Estado de caráter reservado. A PEC atualmente aguarda votação no Plenário do Senado.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Para minimizar as causas e as consequências das mudanças climáticas, o Congresso Nacional aprovou em 2009 a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/09). Ela prevê a preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, com particular atenção aos grandes biomas naturais considerados patrimônio nacional, como a Amazônia. Também estabelece a meta de reduzir de 36% a 39% as emissões de gases até 2020, tendo por base o Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa. Embora não tenha sido ainda regulamentada, a lei compatibiliza o desenvolvimento econômico e social com a proteção do clima e prevê o estímulo governamental à geração de energia eólica e à produção de biodiesel, preferencialmente pela agricultura familiar. Dá, ainda, incentivos ao uso de energia solar para aquecimento de água nas residências; de etanol, com maior percentual de mistura com a gasolina; e de carvão vegetal a partir de florestas plantadas, entre outros pontos. Decreto presidencial assinado em outubro de 2010 regulamentou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, aprovado pelo Congresso em 2009 (Lei 12.114/09). Os recursos desse fundo serão usados para combater a desertificação e estimular cadeias produtivas sustentáveis. O dinheiro deve apoiar estudos e financiamento de empreendimentos para o combate e a adaptação à mudança do clima. Com previsão de R$ 226 milhões em 2011, o fundo usará parte do lucro da cadeia produtiva do petróleo para financiar ações de adaptação às mudanças climáticas. Cerca de R$ 200 milhões serão aplicados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamentos e o restante irá para ações do Ministério do Meio Ambiente.

PISO SALARIAL

Com tramitação acelerada e votação em dois turnos, o Senado aprovou em dezembro de 2009 a PEC 41/08, que determina a edição de lei para fixar piso salarial dos policiais civis e militares e dos bombeiros, da ativa ou aposentados. O texto aguarda votação em segundo turno na Câmara. O projeto também estabelece que a União participe no custeio desse piso, por meio de fundo próprio, formado com receitas tributárias federais. A proposta do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) já havia passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde uma emenda do relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), reduziu de dois para um ano o prazo para o início da adoção do piso, que deverá ocorrer gradualmente. Outra emenda permitiu beneficiar também os bombeiros. Para antecipar o início da aplicação do piso, Demóstenes propôs que o presidente da República baixe ato dando início à sua implementação gradual em um ano após a promulgação da PEC. Assim, a remuneração mínima pode começar a ser paga mesmo que ainda não tenha sido aprovada lei para regulamentar em definitivo tanto o piso quanto o funcionamento do fundo que auxiliará os estados que não puderem arcar com o desembolso extra. Segundo Demóstenes, os recursos podem começar a ser transferidos aos estados por meio do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), dentro das prioridades estabelecidas pelo Executivo. Ele disse que fez consultas ao Ministério da Justiça a fim de elaborar seu relatório, para que o texto final da PEC tenha condições de ser efetivamente implantado pelo Executivo.

CERRADO E CAATINGA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/03, do senador Demóstenes Torres, aprovada em julho de 2010, transforma os biomas da Caatinga e do Cerrado em patrimônio nacional, a exemplo do que acontece com a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal e a zona costeira – já assim considerados pela Constituição. Na prática, o reconhecimento de patrimônio nacional determina, por lei, que o uso da área seja feito de forma a assegurar a preservação do meio ambiente. A proposta agora tramita na Câmara dos Deputados como PEC 504/10.

FOTOS: WALDEMIR BARRETO / SENADO FEDERAL • JANE ARAÚJO / SENADO FEDERAL

Senado ouve sociedade por meio de audiências públicas

As audiências públicas, que normalmente reúnem especialistas para debater temas específicos, vêm ocupando lugar de destaque no processo legislativo do Senado. No biênio 2009/2010, as comissões realizaram aproximadamente 500 reuniões desse tipo, com destaque para as áreas de economia, justiça e cidadania, cultura, esporte, infraestrutura e assuntos sociais. Levantamentos ainda em fase de consolidação feitos pela Secretaria de Comissões indicam que em 2009 houve 310 audiências, contra 158 em 2010, ano de eleições e quando o Parlamento recorreu ao chamado esforço concentrado.

Comissão de Direitos Humanos debate política indigenista

J. FREITAS / SENADO FEDERAL

Estima-se que cerca de 2 mil pessoas – empresários, sindicalistas, donas de casa, estudantes, pesquisadores e outras lideranças representativas do pensamento brasileiro – participaram dos debates.

Por meio das audiências, os projetos em tramitação podem receber contribuições da sociedade civil, as quais são transformadas em emendas ou subsidiam os pareceres dos relatores. Em termos práticos, as audiências concorrem para que as matérias alcancem o maior grau de consenso possível entre os senadores frente às alternativas existentes.

O expediente das audiências públicas é exercido amplamente nas comissões, com destaque para as permanentes. Alguns assuntos, pelo grau de complexidade, como foi a crise aérea, demandam mais de uma audiência. É comum as comissões convocarem audiências coletivamente para o espaço do Plenário, ampliando a visibilidade junto à sociedade e à mídia. Essas reuniões podem ainda ocorrer fora das dependências do Senado, inclusive nos estados.

A audiência pública aumenta em importância quando um projeto é terminativo e pode seguir à Câmara ou à sanção presidencial sem passar, obrigatoriamente, pelo Plenário. Nesses casos, as audiências corroboram a representatividade das votações.

Em 2010, o Senado criou uma publicação específica para divulgar audiências sobre grandes temas de interesse nacional, a revista *Em discussão!*, do Jornal do Senado (*leia mais na pág. 38*).

Acordo de líderes acelera votações

A celebração de acordo envolvendo o colégio de líderes foi um dos motores que dinamizaram o processo legislativo no biênio 2009/2010, período em que foram aprovadas matérias de grande relevância econômica e social para o país. A busca do consenso em torno de projetos prioritários permitiu destrancar pautas e, também, superar divergências entre bancadas em um período de agitação política, comum em véspera de eleições proporcionais e majoritárias.

Consenso entre líderes permitiu esforço concentrado

JONAS PEREIRA / SENADO FEDERAL

As reuniões eram sempre realizadas na Presidência da Casa e contavam, rotineiramente, com a presença dos blocos de oposição e de apoio ao governo. Foi exatamente o consenso entre os líderes que definiu a realização de semanas de esforço concentrado entre os meses de agosto e setembro, quando mais de cem matérias passaram pelo crivo do Plenário. Assim, os senadores puderam exercer o papel de legislador e participar das eleições em suas bases, nos estados.

Senado trabalhou por uma Justiça mais ágil

Instituída por ato do presidente do Senado, José Sarney, em outubro de 2009, uma comissão de juristas, presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, elaborou um anteprojeto de novo Código de Processo Civil (CPC) para enfrentar a morosidade na tramitação das ações na Justiça. O assunto ficou em seguida a cargo de uma comissão de senadores. Em 24 de novembro de 2010, o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), apresentou seu parecer. Em 1º de dezembro, a comissão temporária aprovou o texto de Valter Pereira, que propôs alternativa ao projeto original (PLS 166/10).

O novo texto, com 1.008 artigos, será agora examinado pelo Plenário. Como se trata de um novo código, será votado em três turnos, antes de seguir para análise da Câmara dos Deputados.

O relator mantém as grandes linhas da proposta original dos juristas, absorvendo regras para simplificar os processos e reduzir a possibilidade de recursos, numa atualização completa do código em vigor desde 1973.

Valter Pereira destacou que a elaboração do texto foi precedida por amplo debate com represen-

Comissão especial de senadores realizou dez audiências públicas

tantes do campo jurídico, tanto na comissão de juristas como na comissão especial de senadores. Na fase de consulta, observou, foram realizadas dez audiências públicas e aproveitadas contribuições de 106 notas técnicas encaminhadas à comissão de senadores, além de mais de 800 propostas sobre pontos específicos, sendo 664 sugestões populares colhidas pela internet. A comissão de juristas já havia recebido 600 *e-mails* da comunidade em geral, 240 sugestões das audiências públicas realizadas em todo o país e outras 200 de entidades representativas de profissionais que atuam no segmento.

– Nunca um código foi construído de maneira tão aberta. Do cidadão mais simples ao mais prestigiado e culto jurista, todos puderam opinar – afirma o relator.

Para acelerar a decisão dos processos, uma das maiores inovações é o instrumento denominado "incidente de demandas repetitivas", relativo à solução das demandas de massa. A partir desse recurso, o que for decidido por tribunal superior num processo específico será aplicado nacionalmente, nas instâncias inferiores, a todas as causas com o mesmo objetivo.

Teresa Alvim Wambier, Luiz Fux e Bruno Dantas

JOSÉ CRUZ / SENADO FEDERAL

A proposta manteve ainda a garantia de que, nos processos de conciliação, para solucionar conflitos sem a necessidade de disputa judicial, o papel de mediador possa ser exercido por profissionais de qualquer área. A comissão especial da reforma do Código de Processo Civil é presidida por Demóstenes Torres (DEM-GO).

A comissão de 12 juristas que elaborou o anteprojeto de novo código teve como relatora a professora de Direito Teresa Arruda Alvim Wambier. O representante do Senado na comissão foi o consultor-geral da Casa, Bruno Dantas.

DIVULGAÇÃO TJ / MS

Código de Processo Penal em fim de tramitação

A proposta que reformula o Código de Processo Penal (CPP) foi aprovada pelo Plenário em 7 de dezembro. A comissão especial que trata do assunto havia aprovado o relatório do senador Renato Casagrande (PSB-ES) sobre as 214 emendas apresentadas ao projeto (PLS 156/09). Para se tornar lei, a proposta agora terá de ser aprovada na Câmara dos Deputados.

Para Renato Casagrande, o novo código "funcionará como um instrumento de combate à criminalidade".

– Nós estamos vendo agora a ousadia da criminalidade no estado do Rio de Janeiro. Ter bons instrumentos para que a punição possa acontecer é importante. O Código de Processo Penal é mais uma ferramenta. Não é a salvação de tudo, mas é mais um instrumento na política de combate à criminalidade – destaca o relator.

Uma das novidades do código destacada por Casagrande é a que trata do juiz de garantias – uma das principais mudanças do CPP –, que atua apenas na fase da investigação do inquérito. O juiz de garantias se torna o responsável por atos como decretação da prisão preventiva, interceptação de conversas telefônicas e quebra de sigilo. No entanto, ele não poderá presidir o processo judicial, instaurado após a proposição da ação penal.

Outra mudança no CPP prevê que o prazo máximo para a audiência de instrução e julgamento passa de 60 para 90 dias. Uma comissão de juristas que funcionou no Senado em 2008 elaborou o texto que deu origem ao PLS 156/09.

Relator Renato Casagrande: mais armas contra o crime

MOREIRA MARIZ / SENADO FEDERAL

Código do Consumidor deverá tratar também do superendividamento

O presidente do Senado, José Sarney, instituiu em 30 de novembro de 2010 comissão de juristas que deverá apresentar proposta de aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor. O grupo, que não receberá remuneração pelo trabalho, será presidido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, um dos idealizadores do texto atual (Lei 8.078/90). Conforme o ato que criou a comissão, o código deverá ser aperfeiçoado no que se refere ao crédito e ao superendividamento.

Instituído há 20 anos, o Código de Defesa do Consumidor é considerado por muitos uma legislação de vanguarda. No entanto, ressalta Herman Benjamin, havia temas que naquela época não eram prioridade, mas que hoje têm grande importância.

– O crédito era privilégio de poucos, num contexto de altos níveis de inflação e no qual o sistema financeiro nacional não era moderno como atualmente. Aquilo que interessava a um pequeno núcleo de consumidores abonados hoje se refere a dezenas de milhões de consumidores que foram incorporados ao mercado de crédito – afirma o ministro, acrescentando que isso resulta em problemas novos, como o superendividamento.

Ele também lembra que, em 1990, o comércio pela internet não existia e, por isso, "nem sequer se colocavam tais assuntos, devido à perspectiva tecnológica da época". Uma das sugestões que Herman Benjamin também pretende apresentar é a de fortalecimento dos Procons, visando reduzir "a litigiosidade judicial nos conflitos de consumo".

Projeto de novo Código Eleitoral será apresentado em 2011

Até o final de dezembro, ou o início de 2011, proposta de um novo Código Eleitoral deve ser apresentada ao Senado. O anteprojeto está sendo elaborado por uma comissão de juristas instituída em 7 de julho de 2010 pelo presidente do Senado, José Sarney, e presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli.

– Nosso trabalho será o de buscar a reorganização, a racionalização do sistema legal existente, porque temos um Código Eleitoral que data de 1965, com várias leis ordinárias, complementares, consultas, um emaranhado que precisa ser sistematizado e adaptado aos tempos atuais – afirma Dias Toffoli na instalação da comissão, formada por 20 juristas e que tem como relator o ex-ministro do STF Carlos Velloso.

José Sarney destacou a importância de um novo Código Eleitoral, apontando que o trabalho poderá subsidiar uma posterior reforma política.

– Essa não é uma comissão de reforma política, mas da base onde tudo começa: o sistema de escolha. Se nós temos uma boa legislação eleitoral, nós temos condições de ter uma reforma política, um sistema político que sirva à democracia – ressalta.

Entre os temas que mais apareceram nas audiências realizadas em todo o país, estão sugestões de mudanças na propaganda eleitoral; custo e financiamento de campanhas; doações; pesquisas e debates eleitorais; cabos eleitorais; transporte de eleitores; datas das convenções partidárias e das eleições; composição, atribuições e custos dos tribunais eleitorais; e celeridade no julgamento dos processos de cassação e das pendências relativas aos candidatos. A comissão considera que um dos pontos mais importantes é garantir no novo código que todas as pendências dos candidatos sejam resolvidas antes da diplomação, marcada este ano para 17 de dezembro.

As sugestões ajudarão a comissão de juristas na elaboração do texto preliminar, que será apresentado pelo presidente do Senado como projeto. Uma comissão especial de 11 senadores será então formada para analisá-lo.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou em 24 de novembro diversas mudanças na legislação eleitoral. Muitas delas já haviam sido acatadas pelo Senado em 2009, mas depois foram rejeitadas pela Câmara, no que ficou conhecido como minirreforma eleitoral. Entre as mudanças propostas pelo PLS 93/10, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), os partidos políticos passam a ser autorizados a organizar prévias entre pré-candidatos inscritos.

Ministro Dias Toffoli (2º à esq.) coordena comissão de juristas

JULIANA CRISTINA CARLOS / TRE-SP

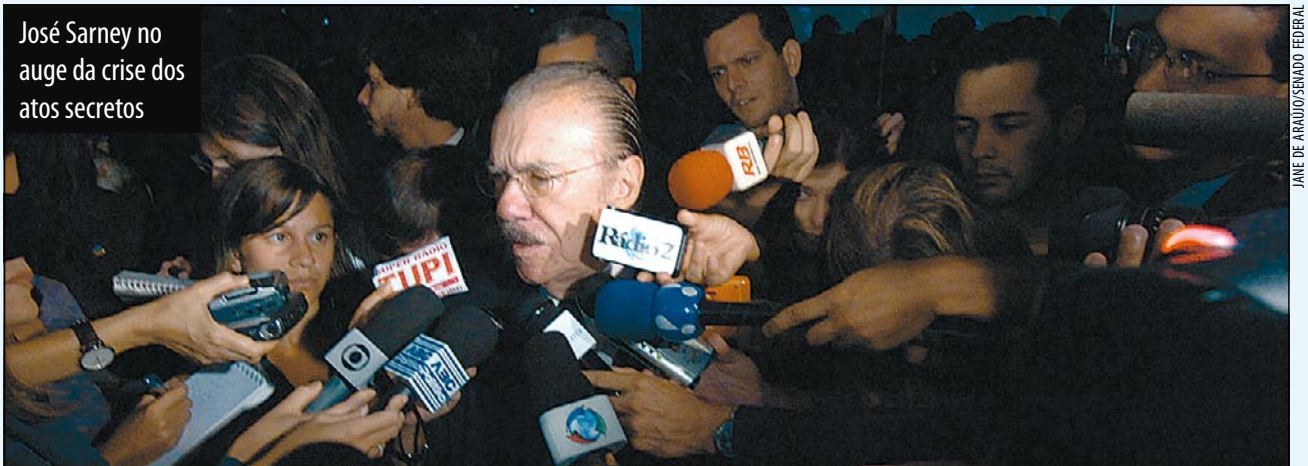
Crise dos atos secretos dá início a mudanças profundas

Em 2009, a pedido do presidente do Senado, José Sarney, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) fez um amplo estudo técnico sobre a Casa, que serviria de base para uma reforma administrativa, materializada em projeto que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) (*leia mais na pág. 20*). O estudo apontou algumas distorções nos processos de gestão, entre elas a falta de publicação de alguns boletins administrativos na internet – que ficaram conhecidos como atos secretos.

O assunto teve grande repercussão na mídia, levando a Comissão Diretora a tomar diversas medidas para corrigir as irregularidades e punir os responsáveis, reforçando assim o princípio constitucional de transparência das informações e decisões públicas.

Levantamento feito pela Diretoria-Geral apontou, no início de agosto de 2009, a existência, ao longo de 14 anos, de 663 atos não publicados. Desse total, foram tratados como exceção 152 que tiveram a sua publicação no *Diário do Senado Federal* e outros 45 da Comissão Diretora, uma vez que a presidência da Casa não poderia anulá-los monocraticamente.

O episódio serviu de base para uma representação contra o presidente José Sarney no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao final arquivada. Em discurso em Plenário no dia 5 de agosto de 2009, o



José Sarney no auge da crise dos atos secretos

JANE DE ARAÚJO/SENADO FEDERAL

JANE DE ARAÚJO / SENADO FEDERAL

"Enfrentamos uma das piores crises que o Senado já viveu e, hoje, posso dizer que conseguimos superá-la, mudando padrões de comportamento, paradigmas de administração, enfim, tirando esta Casa do noticiário negativo a que ela estava exposta. Foram momentos difíceis, mas posso apontar hoje um balanço altamente positivo. Entre várias medidas que tomamos, poderia destacar, além, de uma maneira geral, da ampla reforma pela qual o Senado passou, algumas questões pontuais. Em primeiro lugar, pelo seu caráter simbólico, o fim dos atos secretos. Criamos o Portal da Transparência e hoje todas as informações – sobre funcionários, contratos, despesas do Senado e dos mandatos dos senadores – estão lá para quem quiser acompanhar e fiscalizar. Desde o início, cortamos pela raiz um dos motivos geradores de problemas, que eram as altas taxas do crédito consignado e a maneira como ele vinha sendo conduzido. Foram muitas as medidas que representaram economia de gastos, mas, sobretudo, de postura da própria administração e dos funcionários da Casa. Podemos citar, entre elas, a proibição do nepotismo, a diminuição drástica das comissões, o controle das horas extras, até chegarmos à implantação do ponto eletrônico. Decidimos enfrentar também a questão funcional, que ainda não está finalizada, mas que caminhou bastante, como a reforma administrativa, amplamente discutida, e a implantação do plano de carreira. Definimos novas normas para a contratação de empresas de terceirização de mão de obra, eliminando um dos focos de desperdício de dinheiro e dos efeitos colaterais que isso acarreta. E, ao mesmo tempo, convocamos servidores aprovados em concurso e já definimos a realização do próximo. Tenho orgulho de ter participado desse momento de reformas tão profundas no Senado, mesmo com todos os desgastes que isso nos acarretou. Tenho consciência também das imperfeições do processo e do muito que há por fazer. Mas já abrimos o caminho e acho que ele não tem volta."

Heráclito Fortes
1º secretário do Senado Federal

presidente explicou que o número de atos em questão correspondia a 0,85% das publicações administrativas do Senado e que menos de 80 teriam ocorrido em sua gestão. Sarney disse ter assinado apenas nove deles, dois como presidente e sete como membro da Comissão Diretora.

Criticando também o número excessivo de diretores na Casa, apontado igualmente pela FGV, José Sarney reafirmou seu compromisso com a modernização.

Uma comissão interna apresentou, no final de setembro de 2009, relatório (disponibilizado no Portal da Transparência, na internet) concluindo que a maioria dos atos secretos tratavam "de temas corriqueiros" e que, quanto à "legalidade dos respectivos conteúdos", não pairava qualquer dúvida. A simples publicação posterior deles, "ainda que tardia", assumiria o efeito de medida saneadora.

Ainda segundo o relatório, não havia qualquer caso de nepotismo ou irregularidade entre os servidores em atividade então nomeados pelos atos, salvo aqueles objeto de processos administrativos disciplinares anunciados pela administração.

Ex-diretores são punidos após trabalho da comissão

Com base no relatório da comissão criada para investigar os chamados atos secretos, o senador Heráclito Fortes, 1º secretário da Casa, anunciou em março deste ano a suspensão por 90 dias do ex-diretor-geral do Senado Agaciel da Silva Maia e do ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi. Outros cinco servidores também foram responsabilizados pelas irregularidades. No final de outubro de 2010, Zoghbi já havia sido demitido do Senado por decisão da Mesa. Contra ele foram abertos três inquéritos administrativos – atos secretos, uso indevido de apartamento funcional e uso de empresa fantasma para intermediar empréstimos consignados.

Senado cortou metade das funções comissionadas

Mesmo antes da aprovação do projeto de reestruturação administrativa do Senado, importantes medidas foram tomadas nos últimos dois anos para corrigir distorções, como o excessivo número de funções comissionadas. Em março de 2010, apenas 7% dos servidores efetivos não tinham esse tipo de função, num claro desvirtuamento da finalidade das chamadas FCs: distribuídas de forma indiscriminada, elas não serviam mais para remunerar chefias. Havia um nivelamento salarial entre chefes e subordinados. Por exemplo, quando assumiu o posto em 2009, o diretor-geral, Haroldo Tajra, consultor legislativo, passou a ganhar apenas R$ 300 a mais para exercer o mais alto cargo da estrutura funcional do Senado, só equiparado ao de secretário-geral da Mesa.

Com a instituição do plano de carreira em julho de 2010, deixaram de existir as funções comissionadas inerentes aos cargos, como aquelas na área de comunicação e na Consultoria Legislativa. O número de FCs do Senado foi cortado pela metade, de 4.065 para 2.001.

A redução nas funções comissionadas era uma das prioridades estabelecidas pelo Conselho de Administração da Casa para a chamada reforma administrativa, que está sob análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que criou uma subcomissão para tratar do assunto. Segundo o presidente da subcomissão, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o grupo deve encerrar seus trabalhos ainda este ano, após exame do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A reforma administrativa deve ir muito além do corte de FCs. Fruto de exaustiva discussão, que envolveu servidores, a direção da Casa e os senadores, o texto, aprovado pela Mesa em dezembro de 2009 e enviado à tramitação como o Projeto de Resolução 96/09, foi a sexta versão da proposta, inicialmente formulada pela FGV. Consultores da fundação continuam a acompanhar o assunto, assessorando a subcomissão da CCJ.

Inicialmente, uma comissão técnica, formada por servidores, debruçou-se sobre a primeira proposta de reforma. As conclusões dessa comissão e da FGV foram analisadas em seguida pelo Conselho de Administração. Na etapa seguinte, a Mesa diretora deu a configuração final ao projeto, após receber 167 sugestões de 59 dos 81 senadores. As diferentes versões da proposta foram publicadas no Portal da Transparência, podendo ser acessadas por qualquer pessoa pela internet.

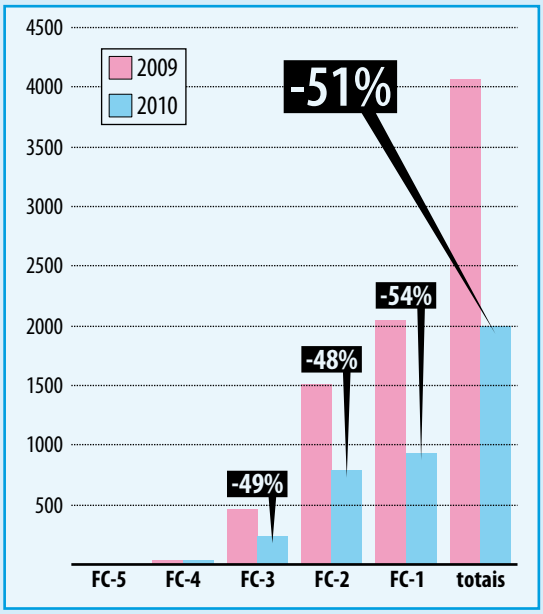
O projeto de reforma administrativa simplifica a estrutura de gestão do Senado. Segundo o diretor-geral, de 50 diretores de primeiro e segundo escalões, a Casa passaria a ter 11. A proposta transforma secretarias em departamentos, funde setores e reduz cargos de chefia.

Reunião da Mesa diretora, presidida por José Sarney

JANE DE ARAÚJO / SENADO FEDERAL

Comparativo

Funções comissionadas 2009/2010, no período de 1º de julho de 2009 a 1º de julho de 2010



Quantitativo

FCs e gratificações de representação (GRs) antes e após a edição da Lei 12.300, de 28/7/2010

Nome	Símbolo	Funções existentes 2009	Funções existentes 2010
FC	FC-5	2	2
FC	FC-4	36	36
FC/GR	FC-3	472	243
FC/GR	FC-2	1.507	786[1]
FC/GR	FC-1	2.048	934[2]
TOTAIS		**4.065**	**2.001**

1 Considerando 56 funções de assistente técnico parlamentar (FC-2), essa função é opcional no gabinete de senador. Quando há designação de servidor, são bloqueadas duas funções comissionadas de assistente técnico (FC-1), conforme o Ato 7/05 da Comissão Diretora.

2 Considerando 391 funções de assistente técnico (FC-1), com bloqueio de 112 funções, tendo em vista a opção de designação para a função de assistente técnico parlamentar, conforme o mesmo Ato 7/05.

– O enxugamento de várias unidades vai dar mais agilidade, racionalidade e uma melhor estrutura de comando dentro da Casa – observa Haroldo Tajra.

Ponto de destaque no processo de reestruturação já em curso foi a reativação em 2009 do Conselho de Administração, órgão de assessoramento da Mesa, que não se reunia havia 15 anos. Tajra considera que esse fato marcou uma mudança de paradigma na gestão, da centralização para o compartilhamento das decisões. O colegiado, presidido pelo diretor-geral, tem representantes das áreas de comunicação social, recursos humanos, Consultoria Legislativa, Consultoria de Orçamento, Secretaria-Geral da Mesa, controle interno, advocacia, Primeira-Secretaria e Presidência do Senado.

Haroldo Tajra

MARCIA KALUME / SENADO FEDERAL

Importantes decisões sobre o funcionamento da Casa são tomadas de forma conjunta. Por exemplo, em fevereiro passado o conselho se reuniu para tratar da implantação do ponto eletrônico, determinada pelo 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI). Os servidores, que antes assinavam folhas de ponto, passaram a registrar entradas e saídas por meio da rede interna de computadores. Em outubro de 2010, digitais dos funcionários foram escaneadas e novos crachás, distribuídos, para permitir a adoção do ponto eletrônico com identificação biométrica. Oitenta e dois aparelhos estão sendo instalados nos prédios do Senado. A nova sistemática, que vai necessitar simultaneamente da impressão digital e do crachá, deve começar a ser empregada em 1º de fevereiro ou 1º de março de 2011.

Outra medida importante, adotada este ano, foi o ato da Comissão Diretora que atualizou o regime de jornada de trabalho, permitindo, a critério de cada setor, estipular as seis horas diárias corridas. O regulamento anterior, de 1972, engessava a jornada nos tradicionais dois turnos diários de quatro horas, com horário de almoço.

Para Tajra, o Senado saiu da crise fortalecido do ponto de vista administrativo. Uma mudança significativa, segundo ele, foi o estabelecimento de uma clara diferenciação entre os aspectos institucionais, que são permanentes, e da atividade parlamentar, que oscila em função das disputas políticas e das composições partidárias. Antes, havia uma "sobreposição excessiva das duas dimensões".

– Hoje, o Senado é o órgão público mais transparente da sociedade brasileira. E essa transparência só fortalece a instituição. Ainda temos muito a fazer e vamos continuar avançando para dar tranquilidade à sociedade de que as coisas são feitas de maneira séria e correta – afirma.

Cinco dos 34 contratos de terceirização foram encerrados

JONAS PEREIRA / SENADO FEDERAL

Após auditoria do TCU, Senado reduz contratos e folha de pagamento

Para renegociar contratos, ampliar a transparência e a segurança nas licitações, a Mesa diretora tomou diversas medidas ao longo do biênio 2009/2010. Ao serem empossados, em fevereiro de 2009, o presidente do Senado, José Sarney, e o 1º secretário, Heráclito Fortes, ordenaram um levantamento detalhado de todos os contratos em andamento. Compras, contratação de serviços e principalmente o fornecimento de mão de obra terceirizada passaram por um raio-X. Em dois anos, licitações foram refeitas, e novas empresas, contratadas. Tudo para garantir mais economia e impedir irregularidades.

Além do processo de investigação, os contratos do Senado assinados nos últimos quatro anos e a folha de pagamento de pessoal passaram por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), a pedido do presidente Sarney. A Secretaria de Recursos Humanos acompanhou e coordenou – em conjunto com a Secretaria de Controle Interno, a Advocacia e a Secretaria de Administração Financeira – a coleta, a organização e o fornecimento das informações solicitadas pelos auditores do TCU.

Durante mais de um ano, técnicos do tribunal analisaram dezenas de contratos. A corte avaliou se os custos unitários e globais declarados pelo Senado eram compatíveis com os preços de mercado, além de verificar as principais licitações realizadas.

Um acórdão do TCU sobre o assunto foi divulgado em outubro de 2010. Algumas determinações do tribunal já estão sendo executadas. O Senado também apresentou contra-argumentações que foram juntadas ao processo. Cinco dos 34 contratos com empresas de terceirização de mão de obra deixados pela gestão anterior foram suprimidos. Mesmo com a incidência de reajustes trabalhistas, em muitos dos contratos houve economia. Um dos principais exemplos é o de terceirização de 337 técnicos para a Secretaria Especial de Comunicação Social. Com a renegociação de valores, obteve-se uma economia de R$ 5 milhões por ano ao Senado.

Outro caso do tipo é o contrato de reprografia, que acaba de ser firmado e vai garantir uma economia de mais de R$ 2 milhões por ano. O Senado reduziu o número de máquinas copiadoras e intensificou a fiscalização.

Atendendo às recomendações do TCU nos contratos de fornecimento de mão de obra, o Senado passou a fazer projeto básico ou termo de referência para balizar os preços. Esses procedimentos são determinantes no êxito do processo de seleção e posterior gestão do contrato. É mais uma garantia da plena e segura aplicação dos recursos públicos.

Para agilizar os processos, a Secretaria de Administração de Contratos (Sadcon) mantém um cadastro de fornecedores. Nomes das empresas contratadas pelo Senado que sofreram sanções como multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade são divulgados pela internet.

Novas regras dão mais segurança às licitações

Investir na transparência e em novos critérios para os contratos e licitações foram decisões importantes tomadas pela Mesa diretora para garantir maior segurança nas compras realizadas pelo Senado. Em 2009, todos os contratos mantidos pela instituição e suas alterações passaram a ser publicados no Portal da Transparência. Licitações, extratos, informações sobre suprimento de fundos e relatórios de gestão fiscal estão disponíveis na internet para a consulta de qualquer pessoa. A Casa também criou o Núcleo de Gestão de Contratos, permitindo maior racionalização da gestão administrativa, principalmente nos contratos de mão de obra terceirizada.

Em 2010, o Senado mudou regras e adotou providências legais para garantir maior segurança nos processos de compra, como o Ato 10/10 da Comissão Diretora. A norma criou o Regulamento de Compras e Contratações, a ser observado em licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, aquisições, alienações e locações.

Mão de obra para limpeza foi contratada por pregão eletrônico

ANA VOLPE / SENADO FEDERAL

A modernização das regras licitatórias permitiu ao Senado intensificar o uso do pregão eletrônico. Nessa modalidade de licitação, a disputa é ampliada, permitindo a participação de maior número de empresas de diversos estados. O fornecedor interessado em participar do pregão se cadastra eletronicamente e recebe uma senha, que permite o acesso à opção para certificação da empresa. Após a confirmação da certificação, o fornecedor está habilitado a participar dos pregões referentes àquele órgão.

O pregão eletrônico funciona como um leilão ao contrário: ganha o fornecedor que oferecer o menor preço. A identidade das empresas não é revelada aos demais concorrentes, o que, por exemplo, dificulta a existência de acordos entre as empresas licitantes. A ideia é que, com mais fornecedores habilitados, a concorrência aumente e o preço caia. Ao contrário de outras modalidades de licitação, o pregão eletrônico não tem um limite de valor estipulado.

– O único limite é com relação ao objeto. Ou seja, o pregão só poder ser utilizado para compras de objetos que possam ter uma descrição simples e específica – afirma Luciano Freitas de Oliveira, pregoeiro oficial do Senado e diretor da Secretaria de Patrimônio.

Segundo Luciano, o pregão pode ser usado para os mais variados tipos de compra, de clipes de papel a carros. Pode também ser utilizado para a contratação de serviços simples, como de limpeza ou manutenção, mas não para obras. Em 2010, o Senado realizou 40 pregões eletrônicos, um deles para o fornecimento de mão de obra para limpeza.

Outra iniciativa da Mesa diretora foi unificar as gestões de compras e contratações, material e patrimônio, orçamentária e financeira do Prodasen e da Secretaria de Editorações Especiais (Seep), que passaram a ficar subordinadas ao Senado.

Atos são hoje necessariamente publicados

A crise dos chamados atos secretos levou o Senado a adotar procedimentos para que toda decisão administrativa tenha sua publicação garantida, tanto no *Diário do Senado Federal* quanto no Boletim Administrativo de Pessoal (BAP). No caso do BAP, toda vez que o sistema de informação é alimentado, a publicação ocorre inexoravelmente, ou seja, não há possibilidade de ficar retida em instâncias administrativas da Casa.

Em 2009, 10.200 matérias foram publicadas no BAP. Em 2010, esse número saltou para 22.614 até meados de novembro.

Uso de celular por servidores teve corte de 20%

Para adequar-se à política de redução de despesas da Casa, as cotas para uso de telefones celulares foram cortados em 20% quando utilizada por servidores e funcionários. Têm direito ao serviço ocupantes de funções de direção e assessoramento. Desde março de 2009, o limite de gastos com esse serviço varia de R$ 200 a R$ 300, dependendo do cargo. Toda vez que a cota estabelecida é ultrapassada, o servidor responde pelos gastos excedentes.

Regras mais rígidas para verbas e passagens aéreas

Nos últimos dois anos, o Senado promoveu importantes avanços para garantir a transparência nas despesas de custeio da atividade parlamentar, implementando novas resoluções para a verba indenizatória, os escritórios estaduais dos senadores e o uso de passagens aéreas. Desde abril de 2009, os gastos dos 81 senadores com recursos da verba indenizatória podem ser mensalmente conferidos na página da instituição (*leia mais na pág. 30*), no Portal da Transparência (*www.senado.gov.br/transparencia*).

A verba indenizatória de R$ 15 mil mensais para cada senador é destinada ao ressarcimento de despesas com aluguéis de escritório, hospedagens, passagens, combustíveis, pesquisa e divulgação, entre outros. Para essa compensação financeira, exige-se o cadastramento dos gastos e a apresentação de notas fiscais pelos parlamentares. "Os senadores podem usar a verba ou não. Mas, para recebê-la, precisam lançar a informação no sistema", explica um dos diretores da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), Cláudio Miranda.

A verba indenizatória, conforme ressalta o consultor legislativo Gilberto Guerzoni Filho, garante a democratização do Parlamento: "É preciso deixar claro que isso não vai para o bolso do parlamentar. Os estados têm sua representação no Senado, e a manutenção do mandato popular tem um custo".

O cidadão pode fiscalizar quanto cada senador utilizou com transporte aéreo, por ano e mês, no mesmo Portal da Transparência (*leia mais na pág. 31*). Pelo ato que alterou a regra de concessão de passagens, apenas senadores têm direito ao benefício, cujo prazo máximo para publicação na internet é de 90 dias. Cada um pode usar, mensalmente, cinco trechos de ida e volta aos estados de origem e não são permitidos acúmulos de um período para o outro.

O texto ainda prevê o uso por assessores, em serviço, mas, nesse caso, há necessidade de as viagens serem aprovadas pela Comissão Diretora da Casa. Foram extintas cotas suplementares que cabiam aos membros da Mesa e lideranças partidárias.

A mudança no regime de uso das passagens aéreas reduziu os gastos à metade em 2009. Foram R$ 18 milhões em 2008 contra R$ 9 milhões no ano passado.

Plenário do Senado: verba indenizatória tem maior controle

MOREIRA MARIZ / SENADO FEDERAL

Plano de carreira e modelo de gestão valorizam servidores

O Senado renovou sua gestão de pessoal, sob a responsabilidade da Secretaria de Recursos Humanos (Serh), adotando modelo de planejamento e desenvolvimento dos servidores pautado na gestão por competências. Nos últimos dois anos, foi possível reduzir o número de funções comissionadas, extinguir vagas desnecessárias e aprovar o novo plano de carreira dos servidores (Lei 12.300/10), que promoveu a equalização salarial com as outras carreiras típicas de Estado, corrigindo defasagem que chegava a 40%. Segundo estimativa da Serh, haverá uma redução de cerca de 90% dos gastos com o pagamento de horas extras para os servidores.

O plano está sendo implantado em duas etapas. Em resumo, representou reajuste médio aos servidores da ordem de 25%, de forma diferenciada, promovendo a igualdade funcional nos diversos cargos e áreas. A estrutura remuneratória foi simplificada e passou a ser composta por vencimento básico, Gratificação de Atividade Legislativa, Gratificação de Representação e Gratificação de Desempenho. Foram extintas todas as gratificações não previstas no Regime Jurídico Único, inclusive as de comissões especiais. Também foram expressamente proibidas todas as formas de vinculação ao subsídio parlamentar, seja na remuneração ou sob qualquer espécie de gratificação. O plano ainda reduziu o número de funções comissionadas disponíveis a menos da metade. Eram 4.065 até 2009 e hoje são 2.001 (*leia mais na pág. 20*).

A diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Doris Marize Peixoto, ressalta que a Serh tem atuado com o desafio de fazer com que o grande número de projetos em andamento na secretaria beneficiem e modernizem a gestão administrativa de pessoas, tendo o servidor como valor referencial da instituição.

Doris Peixoto

MARCIA KALUME / SENADO FEDERAL

Entre outras iniciativas, a Serh implantou programas de readaptação funcional e de preparação para a aposentadoria, além de projeto para auxiliar os servidores a evitar o estresse no trabalho.

– É preciso trabalhar muito a autoestima do servidor, que foi abalada pelos acontecimentos do ano passado. Uma das estratégias adotadas foi recuperar o conjunto de normas necessárias para quem vai gerir e ser gerido e dar a devida publicidade, a segurança jurídica – afirma Doris.

GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS

No novo modelo, os profissionais são vistos como talentos. A gestão busca identificar as competências que uma função precisa e as que o indivíduo apresenta e, depois, cruzar as informações apuradas para determinar a eventual necessidade de treinamento, traçando um plano de desenvolvimento específico para o colaborador.

Menos horas extras e racionalização das jornadas

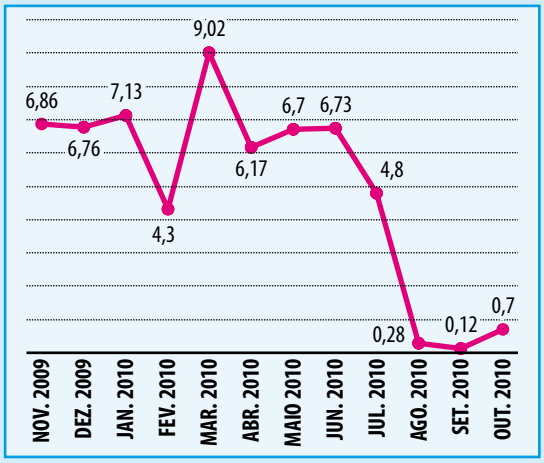
As medidas tomadas em relação ao pagamento de horas extras aos funcionários do Senado alcançaram o objetivo: enquanto em outubro de 2009 foram gastos R$ 7,047 milhões, em outubro de 2010 a despesa caiu para R$ 706,935 mil (aproximadamente 10% do que se pagava um ano antes). A redução torna-se ainda mais expressiva se os gastos com hora extra forem comparados com o dos anos anteriores, uma vez que em 2009 já se havia registrado o menor valor desde 2003.

Entre as medidas implementadas, houve uma nova racionalização das jornadas corridas, dos plantões e das escalas de serviço, permitindo uma distribuição mais racional da força de trabalho durante o funcionamento.

Outra providência adotada pelo Senado visando à economia de gastos com pessoal foi a de suspender o pagamento de gratificações, serviços extraordinários ou vantagens de qualquer título aos funcionários por participação em comissões ou grupos de trabalho na Casa. Enquanto até julho de 2010 os dispêndios do Senado com essa rubrica alcançavam cifras superiores a R$ 1,1 milhão por mês em média, após adotadas as medidas de racionalização e contenção, os gastos foram reduzidos a zero a partir de agosto do mesmo ano, ficando nesse patamar.

Queda drástica

Demonstrativo de pagamento de horas extras (em R$ milhões)



1 Em março de 2010, houve acúmulo das horas extras referentes aos meses de fevereiro e março, por ter ocorrido uma mudança no critério de apropriação da despesa, que passou a ser feita no mês da prestação do serviço. A alteração do critério foi recomendada pela Secretaria de Controle Interno do Senado, em março de 2010.

2 Os valores foram computados por fluxo de caixa.

Incentivo ao trabalho criativo e de qualidade

Uma das marcas principais da nova gestão foi colocar novamente o servidor no centro das políticas administrativas internas. Além da aprovação do plano de carreira, que corrigiu defasagens salariais acumuladas ao longo de sete anos, a Diretoria-Geral e a Secretaria de Recursos Humanos empenham-se para mobilizar servidores e demais funcionários para a execução de uma rotina de trabalho criativa e que redunde na prestação de serviços de alta qualidade.

Diversas iniciativas estão voltadas para alcançar esses objetivos: o recadastramento (*leia mais na pág. 28*), que fornece à alta direção informações corretas sobre a situação de trabalho na Casa; o Código de Conduta do Servidor; a definição mais transparente das funções comissionadas; e o serviço Alô Servidor, que permite que ideias e informações sejam avaliadas pela direção sem processos morosos de intermediação.

Além da adoção de novos programas de acesso a informações e a soluções de demandas individuais de forma rápida, a Secretaria de Recursos Humanos vem trabalhando junto aos servidores em relação a temas como aposentadoria, orientação financeira, qualidade de vida, readaptação funcional e cursos de reciclagem. Também busca organizar campanhas que possam aumentar a identidade entre o servidor e grandes causas da cidadania.

Na definição da diretora da secretaria, Doris Peixoto, a busca de mais eficiência pelo Legislativo exige sempre um servidor motivado e mais consciente de suas responsabilidades.

GERALDO MAGELA / SENADO FEDERAL

Exposição celebra, no Senado, mês do servidor público

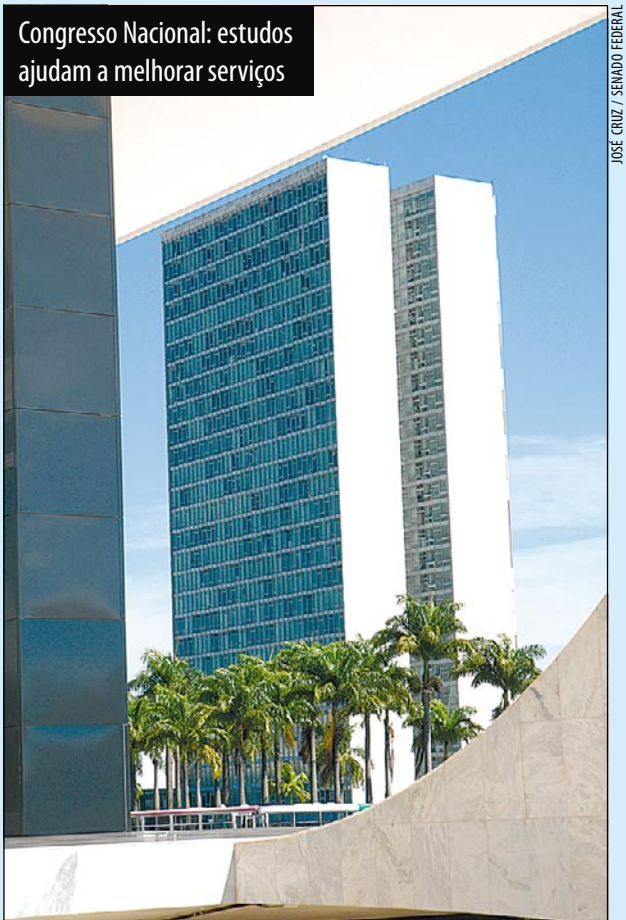
Código de Conduta orientará os servidores

Com a participação da Secretaria de Recursos Humanos, comissão especial foi instituída pela Casa para elagorar um Código de Conduta para os servidores. Atualmente, a conduta dos funcionários é regida por orientações dispersas em documentos de diferentes hierarquias, como a Constituição, o Estatuto do Servidor Público (Lei 8.112/90) e normas e atos internos do Senado, o que dificulta a consulta. O Código de Conduta estabelecerá parâmetros seguros para que o servidor paute o exercício de sua função pelos princípios gerais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A comissão tem garantido a participação dos servidores na consolidação de um código que seja capaz, por exemplo, de dirimir eventuais dúvidas quanto a conflitos de interesses surgidos no exercício do cargo ou função, além de baixar normas reguladoras para as relações dos servidores com os colegas e com os parlamentares no ambiente de trabalho. Todas as propostas e sugestões são encaminhadas para a comissão.

Relatórios gerenciais detalham a força de trabalho da Casa

Outra iniciativa importante da Secretaria de Recursos Humanos foi a emissão, desde junho de 2009, de relatórios gerenciais sobre a força de trabalho, tanto das secretarias quanto dos gabinetes dos senadores. Em breve, os relatórios alcançarão todas as áreas no nível estratégico. Constam dos relatórios o número de servidores ativos e comissionados, inativos e pensionistas; distribuição dos servidores; servidores que já receberam o abono permanência; nível de escolaridade; contingentes masculino e feminino; quantidade de gratificações gerenciais e de assessoria. Com os relatórios, diretores e senadores têm informações completas sobre o corpo de funcionários, permitindo o redesenhar de novas rotinas de trabalho.



Congresso Nacional: estudos ajudam a melhorar serviços

JOSÉ CRUZ / SENADO FEDERAL

Pesquisas atualizam dados de 6 mil pessoas

Objetivo da consulta é definir políticas de pessoal mais realistas

ANA VOLPE / SENADO FEDERAL

Nos dois anos de gestão da atual Mesa diretora, o Senado já promoveu dois recadastramentos dos servidores efetivos e comissionados, um em 2009 e o outro em 2010. Segundo a Secretaria de Recursos Humanos, mais de 6 mil servidores foram alcançados pela pesquisa e as informações servirão para estabelecer políticas de pessoal cada vez mais realistas que atendam à expectativa do corpo funcional da Casa. O Senado não fazia recadastramento havia oito anos.

Como resultado do recadastramento, por exemplo, a Diretoria-Geral recebeu relatório de servidores que declararam possuir vínculos de parentesco com funcionários efetivos ou terceirizados. À luz da súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outros diplomas legais, uma comissão deverá analisar os casos que possam incorrer em prática de nepotismo.

Serão extraídos ainda do recadastramento relatório de servidores que declararam acumular o cargo com proventos de aposentadoria ou pensão e com proventos de outro cargo; relatório de servidores que declararam possuir cotas de empresas privadas; relatório de servidores que declararam necessidades especiais; e relatório de perguntas referentes aos beneficiários do Sistema Integrado de Saúde (SIS), para análise das respostas e encaminhamentos diversos.

A Secretaria de Recursos Humanos promove também o recadastramento dos servidores efetivos aposentados e de pensionistas.

Senado inicia programa de capacitação de chefias

O presidente do Senado, José Sarney, assinou no dia 2 de dezembro de 2010 ato que cria o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), para capacitação de servidores em cargos de chefia. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria de Recursos Humanos da Casa, o Instituto Legislativo Brasileiro e o Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

Entre os objetivos do PDG, estão o desenvolvimento do pensamento estratégico e a implantação de um modelo de gestão pública legislativa voltada para resultados. Fazem parte do programa treinamentos para comunicação eficaz, administração de conflitos, gerenciamento de equipes e de reuniões eficientes e gestão de projetos.

A diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Doris Peixoto, avalia que servidores e chefes bem treinados refletem um investimento em produtividade.

– Investimos pesado na qualificação das chefias. A melhoria do comando, um chefe que sabe bem mandar, consegue resultados mais rápidos e mais eficientes – afirma.

Salário de servidor sem vínculo com o de senador

Os salários dos servidores, conforme determina o plano de carreira aprovado em julho de 2010, não têm mais nenhuma vinculação ao subsídio parlamentar, seja na remuneração ou sob qualquer espécie de gratificação. Mesmo concedendo aos servidores reajuste médio da ordem de 25%, o Senado gasta com pessoal aproximadamente 0,5% do orçamento, sendo que o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal é de 0,86%. Outra mudança é a simplificação da estrutura remuneratória. Todos os valores passaram a constar de um único contracheque, acabando de vez com os vários itens que geravam confusão de entendimento entre os servidores.

Concurso em 2011 deve suprir 180 vagas

Um dos pilares no processo de renovação do Senado é o recrutamento de novos funcionários por meio de concurso público, sem a criação de vagas novas. Normalmente, os servidores ocupam vagas existentes em suas carreiras ou vagas transformadas que antes se destinavam a outras áreas de trabalho.

Em novembro de 2010, a Mesa diretora aprovou a realização de um novo concurso público para preencher 180 vagas para nível médio e superior. Uma comissão especial definirá as áreas de destinação. Segundo o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), "caberá à próxima gestão definir a data [do concurso] e as áreas".

Dos aprovados no concurso geral realizado no mês de novembro de 2008, e chamados no decorrer de 2009 e 2010, entraram em exercício 401 novos servidores.

O edital do concurso previa inicialmente 150 cargos. Contudo, frente ao elevado nível de pontuação dos candidatos aprovados pela FGV que permaneciam em lista de espera e à necessidade de preenchimento dos cargos vagos em decorrência de aposentadorias, a administração procedeu ao remanejamento das vagas existentes do quadro de pessoal efetivo, fortalecendo áreas prioritárias para a atividade legislativa.

O atual quadro administrativo, consolidado, tem 4.189 vagas efetivas, enquanto o número de servidores era de 3.500 no dia 26 de outubro, segundo o Portal da Transparência. Portanto, o déficit nominal de vagas era de 689. Há ainda projeções de que 1.457 servidores vão adquirir o direito de aposentadoria até 2015. No biênio 2009/2010, segundo relatório da administração, 323 vagas foram extintas do quadro de pessoal.

62% DOS SERVIDORES TÊM FORMAÇÃO SUPERIOR

O elevado nível de escolaridade é ponto de destaque no perfil dos servidores do Senado. Dos 3.502 efetivos, 61,8% têm formação universitária. Entre esses, 39,1% têm até o nível superior completo; 16,4%, fizeram pós-graduação; 4,9%, mestrado; e 1,4%, doutorado. Apenas 6,6% dos efetivos completaram somente o primeiro grau e 25,3%, o nível médio. O Senado mantém ainda 2.878 servidores comissionados, lotados principalmente nos gabinetes de senadores, lideranças e Mesa diretora. Os aposentados somavam, até outubro, 2.334 pessoas.

Senado recebeu 401 novos servidores

J. FREITAS / AGÊNCIA SENADO

Senado reagiu a denúncias abrindo acesso a dados

Em 24 de junho de 2009 entrou no ar o Portal da Transparência do Senado, com informações sobre orçamento, recursos humanos e licitações. Em 2010, a ferramenta teve 1,1 milhão de acessos. O portal pode ser acessado por meio de *link* no menu superior da página do Senado (*www.senado.gov.br*) ou pelo endereço *www.senado.gov.br/transparencia*.

A abertura dessas informações foi feita no contexto das denúncias envolvendo a administração da Casa e o uso de verbas indenizatórias pelos senadores. Foram incluídos no portal, por exemplo, os boletins de pessoal que deixaram de ser publicados entre 1995 e 2009, os chamados atos secretos.

O portal contém mecanismos de pesquisa das empresas que prestam serviços ou que fornecem bens ao Senado. Um interessado, por exemplo, pode conhecer os contratos de seguro do Senado, incluindo seus valores. Além da listagem de servidores efetivos e comissionados, o portal traz a lista das empresas de terceirização de mão de obra e dos respectivos trabalhadores. Se o interesse for licitações, o usuário tem à disposição os editais e notas de esclarecimentos e andamento dos processos.

O portal também contém as verbas indenizatórias dos senadores – eles têm direito a gastar até R$ 15 mil por mês em despesas relativas ao exercício do mandato, como locomoção e manutenção de escritório político em seus estados (*leia mais na pág. 24*). Não entram nessa conta gastos com pessoal, que fazem parte da folha de pagamento e vinham sendo apresentados no *site* do Senado. Agora eles também estão no Portal da Transparência.

Portal da Transparência

Veja como buscar informações sobre gestão administrativa e orçamentária

1 Nesta seção é possível acessar a prestação de contas detalhada sobre a verba indenizatória dos senadores

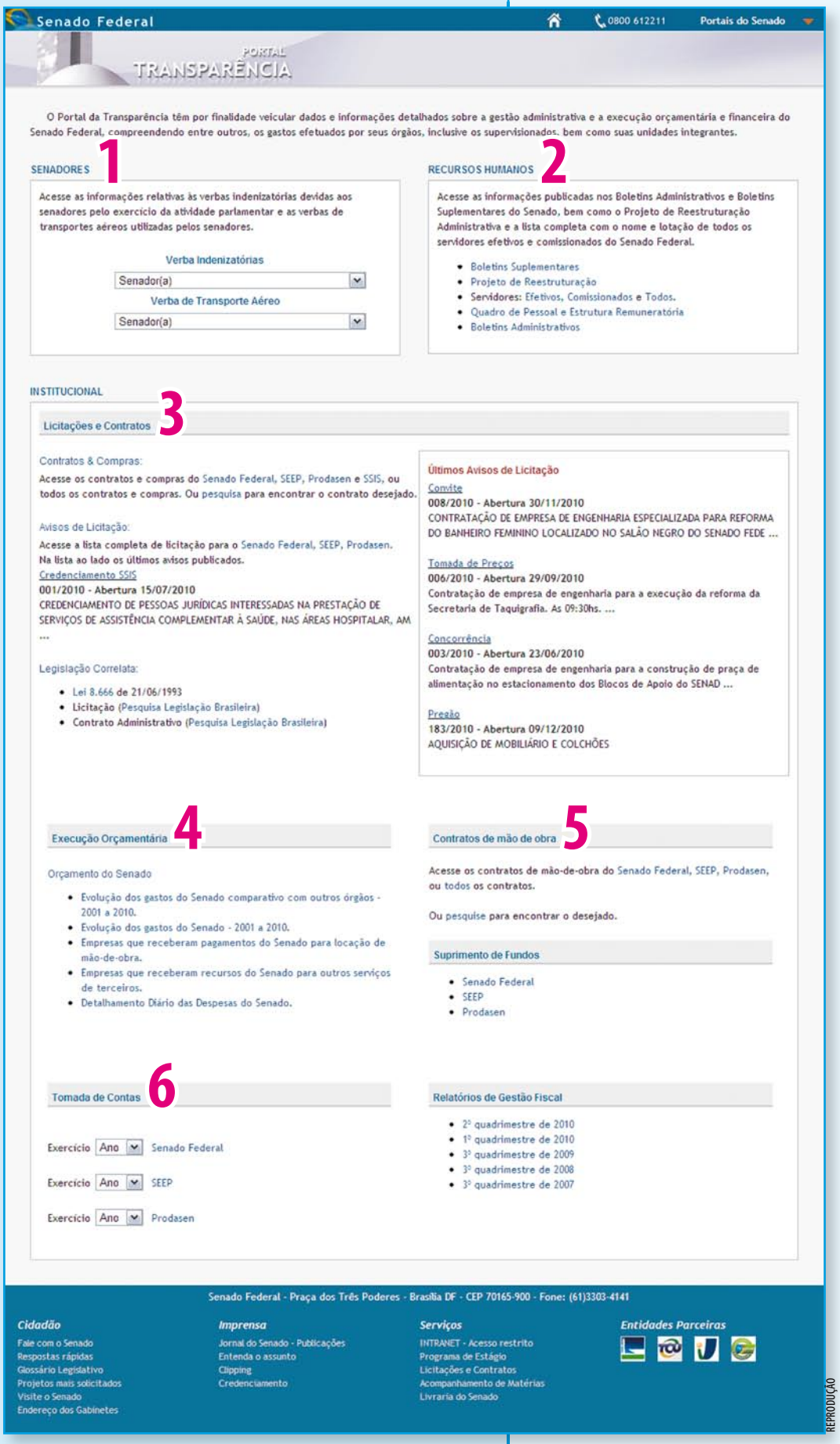
2 A lista completa de todos os servidores do Senado e os boletins de pessoal estão disponíveis nesta área

3 Aqui é possível acessar contratos assinados pelo Senado, com lista das entidades contratadas

4 Em que a Casa gasta seus recursos orçamentários, além de comparações com outros órgãos públicos

5 Aqui estão todas as empresas que fornecem mão de obra terceirizada, com lista das funções

6 Relatórios de auditorias de gestão e pareceres da área de controle interno podem ser acessados aqui



REPRODUÇÃO

Avanço técnico na pesquisa legislativa consolida o direito à informação

A Secretaria-Geral da Mesa mantém no portal do Senado um espaço destinado à consulta de matérias em tramitação na Casa. Um dos recursos mais utilizados do portal, permite consulta rápida às informações disponíveis sobre os principais tipos de proposições legislativas, bastando, para isso, que se informe o número e o ano de sua apresentação. É possível ter acesso à íntegra de projetos e relatórios e saber, por exemplo, em que comissão a matéria está sendo analisada e em que estágio de tramitação ela se encontra. A ferramenta também dá acesso às pautas e aos resultados das reuniões no Plenário e nas comissões.

De acordo com a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, o recurso, que adquiriu o atual formato em outubro de 2009, possibilitou a integração de informações que se encontravam dispersas no *site* do Senado.

– Podemos observar que houve uma significativa redução nas solicitações das informações por telefone sobre pautas e resultados de comissões, bem como uma redução pelo correspondente material impresso – informa.

Para informações adicionais, basta clicar no *link* "Pesquisa Avançada", que conduz o internauta ao espaço de pesquisa no qual ele poderá inserir todos os dados de que dispõe sobre o projeto que deseja encontrar.

Claudia Lyra acredita que o espaço se popularizou devido à facilidade de encontrar informações relevantes, dando acesso ao que acontece no Plenário e nas comissões, inclusive com antecedência.

– Tal conhecimento permite aos parlamentares planejar sua atuação no processo legislativo e aos cidadãos, acompanhar as matérias de seu interesse – afirma.

A secretária-geral explica que a criação da ferramenta faz parte de um novo modelo de gestão do processo legislativo que envolve vários setores da Casa. O objetivo é acelerar a oferta de informações para a sociedade com qualidade e eficiência.

– Nossa perspectiva volta-se cada vez mais para o cidadão, num processo de crescente transparência, essencial propulsora da cidadania, que se consolida à medida que novos sistemas e ferramentas tecnológicas são desenvolvidos e aperfeiçoados – diz.

Outro recurso é o serviço de taquigrafia em tempo real nas comissões (o sistema já incluía as notas das sessões plenárias). No portal do Senado, basta clicar em "Atividade Legislativa" e escolher "Comissões do Senado". Depois, selecionar a opção "Comissão On-line".

A Secretaria-Geral da Mesa criou ainda o serviço de explicação das ementas dos projetos. De acordo com o secretário das comissões, Flávio Heringer, é feito um detalhamento da proposta, mostrando alguns pontos que não são citados na ementa.

– Desde o início de 2010, a explicação da ementa está sendo inserida nos projetos. Atualmente, todos os projetos que passam pela Secretaria-Geral da Mesa recebem essa ferramenta – informa.

Para Claudia Lyra, recursos auxiliam senadores e cidadãos

ANA VOLPE / SENADO FEDERAL

MÁRCIA KALUME / SENADO FEDERAL

João Lima apresenta o novo sistem a em evento na AGU

Sistema premiado, o LexML já é conhecido como "o google das leis"

O Senado conta, desde 2009, com o Portal LexML, que reúne grande parte da informação jurídica e legislativa nas três esferas de governo – Judiciário, Executivo e Legislativo, nos âmbitos federal, estadual e municipal. O acervo (*www.lexml.gov.br)* contém mais de 1,5 milhão de documentos, com garantia de fidedignidade, já que é alimentado pelos próprios órgãos responsáveis.

Ainda em 2009, o LexML Brasil foi agraciado com o Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública, nas categorias de Destaque do Ano e Melhor Iniciativa do Ano.

– Antes do LexML não existia um ponto de acesso unificado para informação jurídica e legislativa. Ele busca, agrupa, organiza e classifica a informação, constituindo-se como uma ferramenta de pesquisa segura – disse o analista de tecnologia da informação da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) João Lima, ao apresentar o sistema no 4º Seminário Brasileiro de Advocacia Pública Federal, organizado pela Advocacia-Geral da União (AGU), em setembro de 2010.

Ganhador do Prêmio TI & Governo de 2010, o sistema é conhecido como o "google das leis", pela capacidade de organizar um grande volume de informações legislativas e jurídicas, pela rapidez e pela segurança e atualidade dos dados. Iniciativa conjunta de órgãos participantes do GT LexML (AGU, Câmara dos Deputados, Procuradoria-Geral da República, Ministério da Justiça e tribunais superiores, entre outros), o sistema é liderado pelo Senado. Qualquer órgão de governo que desejar colocar suas informações no portal pode firmar acordo de cooperação e enviar seus dados. A ideia é facilitar o acesso à informação, cumprindo o preceito constitucional que define o cidadão como o titular do direito de acesso à informação.

O sistema, que recebe uma média de 900 mil consultas por mês, agrupa informações de modo que os *links* que levam a elas não se percam. Assim, a lógica da URL, que indica os endereços de documentos na internet, é substituída pela URN, que respeita uma estrutura própria, previamente acordada.

A Lei de Licitações, por exemplo, é referenciada como *urn:lex:br:federal:lei:1993-06-21;8666 ou urn:lex:br:federal:lei:lei.licitacoes*.

À medida que as instituições aderem à ferramenta e criam as URNs, o portal não acumula informações. Elas permanecem armazenadas no local de origem, que passa a constar das buscas do portal LexML.

Siga Brasil: instrumento técnico e de cidadania

Alcançar o cidadão comum e continuar sendo um instrumento de informação para quem trabalha diretamente com orçamento é o objetivo do sistema Siga Brasil (*www.senado.gov.br/SigaBrasil*) para os próximos anos. Criado em 2004, permite acesso amplo e facilitado ao Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (Siafi) e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. São dados detalhados e atualizados diariamente sobre a execução das despesas. O cidadão consegue saber quanto um órgão gastou, por exemplo, com papel ou passagens aéreas. Em 2010, o sistema recebeu mais de 16 milhões de consultas.

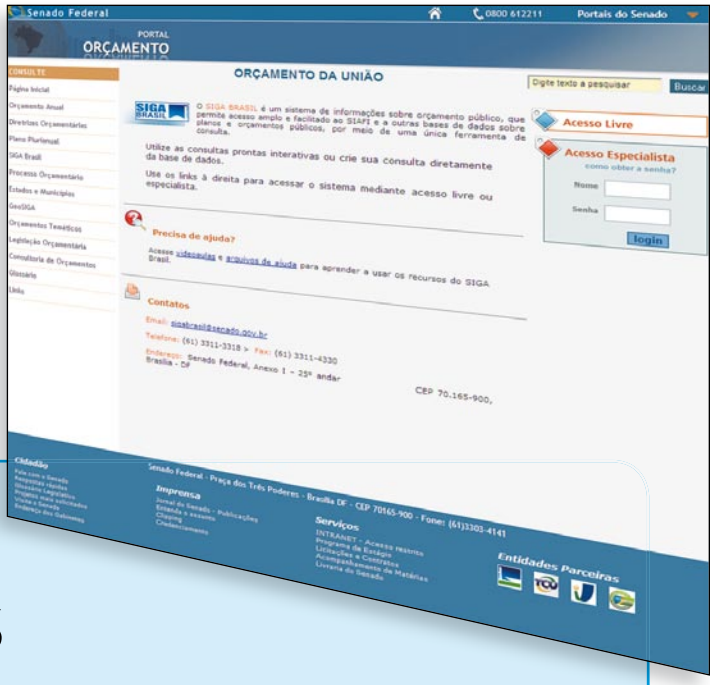
O Siga Brasil ainda permite ao parlamentar acompanhar a execução de determinada dotação orçamentária do interesse de seus eleitores. Em maio de 2010, o sistema recebeu acréscimo importante: o Siga Estados, pelo qual governos estaduais, mediante convênios, podem divulgar informações sobre seus orçamentos na página do Senado. Em troca, eles se beneficiarão da ferramenta gerencial Siga Brasil.

– Ainda é um projeto piloto. O objetivo é integrar o orçamento dos estados com o Orçamento federal. Isso permite que, se uma pessoa comparar, por exemplo, a educação nos estados com a do país, vai ter total acesso às informações – diz o consultor-geral de Orçamento do Senado, Orlando de Sá.

O Siga Brasil existe desde 1999, mas era restrito à Consultoria de Orçamento. A partir de 2004, seu uso foi ampliado aos parlamentares e à sociedade.

– Atualmente, a prioridade do Siga é o público com conhecimentos intermediários em orçamento e o cidadão leigo – afirma o consultor-geral.

Um passo importante foi integrar o Portal do Orçamento ao Siga Brasil. A próxima novidade deve ser uma parceria com o Interlegis, para qualquer pessoa fazer cursos a distância do Siga Brasil pela internet.



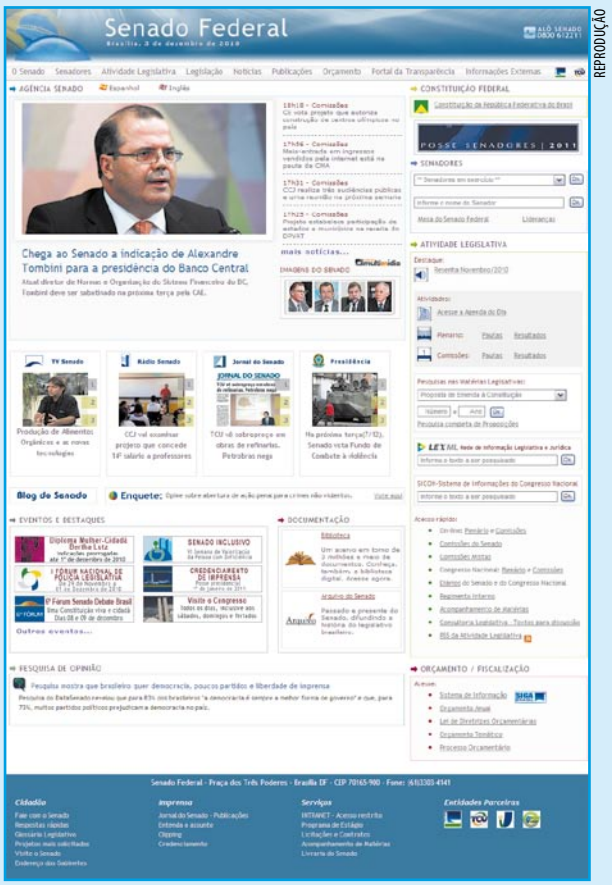
Acesso ampliado a informações institucionais

A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) criou em 2009 um serviço de assessoria de imprensa para tratar especificamente de temas relacionados à administração da Casa. O trabalho não se confunde com o noticiário das atividades legislativas, veiculado pela TV, Rádio, Jornal e Agência Senado, nem com os mandatos dos senadores, que possuem suas próprias assessorias.

Ao mesmo tempo, foi concebido um *blog* (*www.senado.gov.br/Blog*) com informações sobre a atividade legislativa e administrativa, além de notas de esclarecimento a propósito de matérias incorretas ou inverídicas publicadas pela imprensa sobre o Senado. O *blog* abre ao cidadão a possibilidade de deixar seu comentário sobre tudo o que é publicado, reunindo ainda várias informações demandadas diariamente pela mídia.

A Presidência do Senado também mantém uma secretaria de imprensa e um *blog*. Os dois serviços informam diariamente as atividades do presidente.

Em novembro deste ano, o presidente José Sarney assinou ato determinando que os responsáveis pelos órgãos da Casa devem prestar informações para fins jornalísticos, quando solicitadas pela mídia, por meio da Secs.



REPRODUÇÃO

Modernização do portal busca proximidade com o cidadão

O lançamento da nova página do Senado na internet, no dia 17 de junho de 2010, representou mais um passo rumo à modernização institucional e à ampliação da transparência das ações da Casa e do contato com o cidadão. Essa é a avaliação do presidente do Senado, José Sarney. A reformulação começou no primeiro semestre de 2009 e se orientou pelas Guidelines for Parliamentary Websites, da Inter-Parliamentary Union, instituição que promove a interação entre parlamentos de diversos países.

De acordo com o diretor da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), Carlos Magno Cataldi Santoro, "o novo *site* busca assumir o seu papel estratégico no relacionamento do Senado com a sociedade brasileira, com melhoramentos em seu conteúdo, organização, usabilidade, acessibilidade e linguagem".

O Prodasen participou da construção do novo *site* em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos. As duas secretarias se basearam em projeto de uma comissão técnica de servidores.

– Nosso objetivo com o novo *site* é a transparência, é facilitar o acesso dos cidadãos a todas as informações sobre o trabalho do Senado e dos senadores – explica o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita.

O *site* é dividido em nove seções: O Senado (institucional), Senadores, Atividade Legislativa (tramitação de projetos), Legislação, Notícias, Publicações, Orçamento, Portal da Transparência e Informações Externas. Cada seção é administrada por uma área do Senado. Notícias, por exemplo, ficou a cargo da Agência Senado, subordinada à Secs, e dá acesso aos conteúdos dos demais veículos e áreas da secretaria: TV Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado, Relações Públicas, Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) e Secretaria de Projetos Especiais (Supres).

PAULA CINQUETTI / SENADO FEDERAL

O cidadão como referência

Em um mundo marcado cada vez mais pela velocidade da informação, a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) vem desenvolvendo esforços em todas as suas áreas para poder levar ao grande público as decisões e os debates realizados no Senado e no Congresso Nacional. Para isso, a Secs precisou repensar rotinas de trabalho e planejar ações de médio e longo prazos, mirando sempre novas conquistas tecnológicas que facilitem a interação com os cidadãos.

De acordo com Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secs, a vocação da secretaria é a modernidade e o compromisso com a cidadania.

– E voltada para esse objetivo, a Secs aposta na total transparência do Senado, sobre a qual se apoia a credibilidade institucional – diz o diretor.

Fernando Cesar

GUTO BENEVIDES / TV CEARÁ

Quanto à TV, destacaram-se nos anos de 2009 e 2010, entre outras realizações, o início da operação da Central de Corte de Plenários, que permite a captação e o tratamento de imagens simultaneamente em até quatro comissões. As reuniões são exibidas ao vivo, até 2011, graças ao apoio da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), será possível assistir a até oito reuniões simultâneas pela internet. Com a TV digital, em rede aberta, a multiprogramação permitirá quatro transmissões ao vivo. Em breve, o telespectador de Brasília vai poder acompanhar o canal 1 da TV por meio de celulares e TVs móveis.

Por sua vez, a Rádio Senado ampliou os horários de noticiosos e patrocinou mudanças no programa *Voz do Brasil* para permitir a veiculação de um maior número de informações. Em breve, deve estar disponível também para o público externo o programa EBR, que permite o acesso em tempo real aos debates das comissões.

A Agência Senado tornou-se responsável em 2010 pelo novo Portal de Notícias multimídia, meio de acesso ao conteúdo de todos os veículos e órgãos da Secs. Em outubro, lançou uma versão do portal específica para celulares e outros dispositivos móveis de acesso à internet. Operando nas redes sociais, assim como os demais veículos, a Agência registrou em 2010 mais de 20 milhões de acessos a suas páginas na *web*.

No Jornal, destaque para a incorporação de tiras em quadrinhos na seção Especial Cidadania, a reformulação do *site* na internet e a criação da revista *Em discussão!* (*leia mais na pág. 38*). Iniciou-se também o projeto que amplia o número de leitores da edição em braile do Jornal do Senado.

Na área do jornalismo impresso, a novidade foi o esforço de fusão desenvolvido pela Agência e o Jornal. Em 2010, houve a unificação dos serviços administrativos, de informática e infografia.

Já a Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) reforçou a equipe por meio de concurso público e ampliou o número de pesquisas pelo DataSenado sobre os mais variados temas, subsidiando o trabalho dos parlamentares.

Mais antiga secretaria da Secs, a de Relações Públicas consolidou em 2009 e 2010 o concurso de redação do Senado, promovendo a interação com milhares de estudantes brasileiros, de todos os estados. Em 2010, a secretaria guiou aproximadamente 160 mil pessoas em visita ao Congresso Nacional.

Uma das grandes novidades da Secs em 2010 foi a reestruturação da Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres), que ampliou a sua equipe, por meio de concurso, e passou a responder por dezenas de ações em publicidade e *marketing*, como a campanha "O Congresso faz parte da sua história".

Aos 15 anos, TV Senado chega a nove capitais com sinal aberto

GERALDO MAGELA / SENADO FEDERAL

Rede Senado de TV e Rádio amplia seu alcance

A Rede Senado de Televisão e Rádio vem expandindo seu alcance nos últimos anos, com especial destaque no biênio 2009/2010. Em fevereiro de 2011, a TV Senado comemora 15 anos, chegando a todo o país em TV a cabo e antenas parabólicas. Em nove capitais, o sinal, em UHF, é aberto e gratuito. São Paulo recebe o sinal pelo sistema digital, o que Brasília também terá em breve, com a inauguração da primeira estação de TV Digital própria da TV Senado, prevista para o início de 2011. Na internet, há até quatro canais simultâneos de programação.

A Rádio Senado FM apresenta desempenho semelhante na aproximação do Senado com o cidadão. A emissora está presente em Brasília, Cuiabá, Natal e Fortaleza, em frequência própria. Além disso, seus noticiários são transmitidos por cerca de 1.200 emissoras de rádio, podendo ser ouvidos e gravados pela internet. A rádio transmite ainda por ondas curtas, na faixa de 49 metros, programação especial voltada para as populações das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Até o início de 2011, está prevista a instalação de uma retransmissora UHF da TV e da Rádio Senado FM em Rio Branco.

Secretaria aposta na interatividade das mídias sociais

Nos últimos anos, a internet tornou-se um meio de comunicação complexo e com características próprias, por permitir conexões mais elaboradas entre os usuários e os fornecedores de conteúdo. A tecnologia alterou o modelo de comunicação "de um para muitos" e tornou possível a comunicação "de muitos para muitos". Diante desse novo cenário, a Secs tomou a decisão, em 2010, de se estruturar para dialogar, por meio das mídias sociais, de forma mais direta com o cidadão, visando ao cumprimento de sua missão definida no Plano Estratégico: "Comunicação para a cidadania" (*leia mais na pág. 39*).

Duas ações estratégicas foram definidas: aumentar a capilaridade das notícias produzidas pelos veículos de comunicação da Casa, utilizando técnicas de otimização para os buscadores de conteúdo, e criar relacionamento direto com cidadãos que utilizam a internet para propagar ideias de forma independente. Em 2010, o Senado realizou uma série de palestras, um *workshop* e oficinas de mídias digitais, sociais e de webjornalismo para treinar os servidores da Secs nos novos conceitos de comunicação criados com a internet.

O presidente do Senado, José Sarney, foi o primeiro presidente de um poder da República a conceder entrevista coletiva a blogueiros independentes. E o Senado foi a primeira Casa legislativa a receber, em um contexto oficial, um grupo como esse: cidadãos comuns que tinham, à época, audiência de 20 milhões de internautas em seus *sites* opinativos. Todos classificaram como positiva a iniciativa e, desde então, passaram a colaborar com a divulgação dos conteúdos gerados pelos veículos da Secs.

Para Sarney, as redes sociais fortalecem a cidadania e devem permitir, com o avanço tecnológico e em poucos anos, o exercício de uma democracia mais direta e menos representativa.

Maior capacidade de armazenar e transmitir

Unidade robótica concentra memória digital do Senado

ANA VOLPE / SENADO FEDERAL

A Secretaria Técnica de Eletrônica (Stel) concluiu a infraestrutura para captação e transmissão digital ao vivo das sessões plenárias e das reuniões das comissões. Cada comissão tem hoje duas câmeras automáticas que captam as imagens e o áudio em arquivos de vídeo de altíssima resolução. Esse material fica automaticamente disponível para transmissão ao vivo pela TV Senado, criando condições para a transmissão digital da atividade legislativa em até quatro canais simultaneamente.

Além de ser responsável pela geração e transmissão dos sinais de áudio e vídeo do Senado – Rádio e TV – para o Distrito Federal e diversos estados, a Stel cuida da operação e manutenção do sistema de som e imagem da instituição. O aporte tecnológico e operacional da secretaria permite que o cidadão acompanhe diferentes eventos da Casa.

Os conteúdos captados e gerados para transmissão digital são imediatamente gravados em um arquivo central, uma unidade robótica ou servidor de armazenamento, localizado na sala-cofre da Secretaria Especial de Informática (Prodasen). Assim, a Stel integra à geração e transmissão dos sinais de áudio e vídeo do Senado o gerenciamento e a preservação do acervo multimídia produzido pelos veículos de comunicação, missão assumida pela secretaria em 2005, com a criação do Cedoc Multimídia. O resultado é a preservação adequada dos conteúdos audiovisuais para as gerações futuras. Já foram armazenadas em formato digital mais de 21 mil horas de áudio e vídeo.

REPRODUÇÃO

Em Discussão! amplifica debates

Em abril deste ano, começou a circular a revista *Em discussão!*, editada pela equipe do Jornal do Senado. O objetivo da publicação é ampliar a divulgação das audiências públicas realizadas nas comissões permanentes da Casa (*leia mais na pág. 13*). Além dos debates, documentos e estudos são utilizados na produção das matérias, garantindo o aprofundamento dos temas. Infográficos e fotografias ajudam a explicar os assuntos.

Desde seu lançamento, já foram produzidas cinco edições. A primeira tratou do desafio da exploração do pré-sal. A segunda discutiu o projeto que institui regras para a clonagem. A Política Nacional de Resíduos Sólidos ocupou o número seguinte. A quarta edição debateu a mortalidade materna. E a quinta, propostas de legislação para o setor de aviação civil. O próximo número, que circulará em fevereiro, terá como tema a banda larga. A revista pode ser lida no endereço *www.senado.gov.br/emdiscussao.*

Programas receberam prêmios de jornalismo

A Secretaria Especial de Comunicação do Senado (Secs) recebeu diversos prêmios em 2009 e 2010. O VII Prêmio AMB de Jornalismo, por exemplo, selecionou três trabalhos para a categoria Nacional TV e dois deles são da TV Senado. Os dois trabalhos pertencem ao programa *Repórter Senado*, que leva ao ar mensalmente temas de interesse da população, como o Código de Defesa do Consumidor.

Já a Rádio Senado foi vencedora do Prêmio FIP – Periodismo para La Tolerancia 2010, da Federação Internacional de Jornalismo, e obteve menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos 2009, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, com a reportagem especial "Escravos da esperança: a saga dos bolivianos em São Paulo". A série "O Povo Cigano no Brasil", por sua vez, foi vencedora do Prêmio Roquette Pinto – I Concurso de Fomento à Produção de Programas Radiofônicos, da Associação das Rádios Públicas do Brasil.

Em 2010, a Secretaria de Relações Públicas conquistou o Prêmio Nacional de Relações Públicas – 30º POP, na categoria Relações Públicas nas Organizações Públicas, com o projeto "Visite encena: história viva no Congresso Nacional". Para homenagear Brasília em seu cinquentenário, foi incorporado o conceito de história viva ao programa de visitas guiadas ao Congresso. Atores caracterizados de personagens históricos como Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Ruy Barbosa, Princesa Isabel, Ulysses Guimarães e um casal fictício de candangos contavam, ao longo do percurso habitual da visita, fatos marcantes da história de Brasília e do Parlamento. O projeto foi realizado em parceria com a Câmara dos Deputados.

Comunicação do Senado adota plano estratégico para os próximos oito anos

A Comissão Diretora do Senado homologou, em 17 de novembro de 2010, o Plano Estratégico da Secretaria Especial de Comunicação Social para os próximos oito anos, transformando o documento em ato da Mesa. O texto foi aprovado por unanimidade. Resultado de sete meses de trabalho, o plano tem como objetivo principal tornar a Secs "referência em comunicação pública, levando as atividades do Senado a um número maior de pessoas, ampliando a participação da sociedade no processo político".

A iniciativa foi desenvolvida em parceria com a Secretaria Especial de Informática (Prodasen), sob a coordenação de Luiz Eduardo Tostes e sua equipe. Na reunião da Mesa, o presidente do Senado, José Sarney, salientou que todo o planejamento foi feito sem custo para o Senado. A ação fora apresentada em julho a Sarney, pelo diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita.

Segundo Tostes, a metodologia aplicada foi escolhida para atender às necessidades da Secs. Mesclou conceitos e métodos consagrados na literatura sobre gestão, desde os clássicos até os contemporâneos, como o *Balanced Scorecard*, método desenvolvido por professores da Harvard Business School.

J. FREITAS / SENADO FEDERAL

Luiz Eduardo Tostes coordena grupo de trabalho

Prodasen põe tecnologia da informação a serviço do cidadão

A experiência de trabalho com a tecnologia da informação direcionada ao processo legislativo, seja no apoio à produção de textos legais, seja para atender à complexidade da elaboração orçamentária, é o foco da atuação da Secretaria Especial de Informática, o Prodasen. O Senado, por meio do Prodasen, foi uma das primeiras instituições públicas brasileiras a ter página própria na internet. São quase 40 anos de pesquisa e trabalho marcados pelo ineditismo e acompanhados de reconhecimento.

Em 2010, o escritor Jon Bing, membro da Academia de Ciências e Letras da Noruega, reconheceu que a primeira instalação do Stairs, "um sistema geral de recuperação de informações textuais", que se tornou referência mundial, ocorreu no Prodasen. A recuperação das informações, textuais ou orçamentárias, é uma das marcas do órgão, que aproxima Senado e sociedade. Ao oferecer à população um conjunto enorme de informações, confirma-se a política da instituição de transparência e de democratização do acesso.

O reconhecimento do trabalho do Prodasen veio também nesses dois campos. Em 2010, foi premiado o Projeto LexML (*leia mais na pág. 33*), que já havia sido reconhecido fora e dentro do Brasil por sua proposta de organização das informações jurídicas

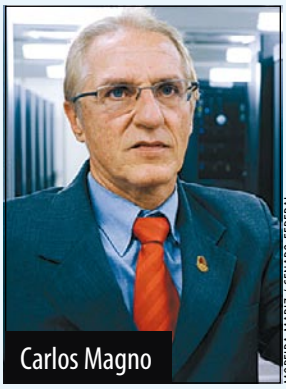
Modernos servidores de dados do Prodasen: pioneirismo e inovação

ROQUE DE SÁ / SENADO FEDERAL

e legislativas. Outro projeto de participação decisiva do Prodasen, o Siga Brasil (*leia mais na pág. 34*), foi destaque no *Relatório Mundial do Parlamento Eletrônico* em 2008 e recebeu vários prêmios, entre eles o TI & Governo em 2009.

O planejamento estratégico de suas ações serviu também de experiência, que o Prodasen tem partilhado com diversos setores do Senado. O caminho da reformulação de processos de trabalho e estruturas organizacionais faz do Prodasen uma referência também nesse setor, que tem se apresentado cada vez mais como uma grande demanda da Casa.

Na gestão da atual Mesa diretora, o Prodasen recebeu novos analistas, tem aprimorado a reorganização e o fortalecimento de sua estrutura e criado as condições para dar um novo salto de qualidade na sua oferta de serviços.


Carlos Magno

MOREIRA MARIZ / SENADO FEDERAL

O diretor do Prodasen, Carlos Magno Cataldi Santoro, observa que "na área da informática não há possibilidade de se parar no tempo". Um novidade prevista para 2011 será o desenvolvimento de um programa, em colaboração com a Secretaria-Geral da Mesa, que faça mapas comparativos dos projetos em tramitação no Senado. Atualmente esses mapas são feitos à mão.

– Vai envolver ao mesmo tempo a proposta original, emendas e projetos substitutivos. Será um grande salto, o cidadão poderá comparar com facilidade as várias feições que o projeto pode assumir em sua tramitação no Congresso – explica.

Viveiro é a primeira instalação totalmente sustentável do Senado

ANA VOLPE / SENADO FEDERAL

Ações verdes incluem economia de gastos e compras sustentáveis

O Senado se engajou no compromisso de responsabilidade social de diminuição do impacto ambiental, dever não só das grandes empresas e nações como também de cada cidadão. Por decisão da administração, a Casa criou o Senado Verde, programa de gestão ambiental que tem por objetivo propor soluções que garantam o uso racional de matérias-primas e tragam economia de recursos. Em 2010, o Senado Verde avançou em várias áreas. Com apoio da Mesa diretora, a Casa estabeleceu critérios sustentáveis nas compras e contratações. A norma diz que, observada a Constituição federal, o Senado deve priorizar os produtos que causem menos impacto ambiental à natureza.

– A ideia é dar preferência às matérias-primas que tenham uma melhor relação de ecoeficiência, ou seja, tragam qualidade e reduzam tanto o impacto ambiental como o consumo de recursos ao longo do ciclo produtivo – explica a coordenadora do programa Senado Verde, Andrea Valente.

O Senado Verde investiu também na informatização para reduzir os gastos com papel. Em 2009, por exemplo, houve economia de cerca de 10% no consumo de papel A4, se comparado a 2007. O Senado ganhou nova iluminação, com lâmpadas de menor potência e maior eficiência. A Casa economizou ainda no gasto com combustível e priorizou o uso de veículos menos poluentes.

Outra iniciativa do Senado Verde foi a construção do viveiro, a primeira instalação totalmente sustentável da Casa e que vai atender a demanda por insumos de jardinagem e mudas usadas no paisagismo da instituição.

Reestruturação prepara Gráfica para melhorar serviços

Heráclito Fortes (*2º à esq.*), Florian Madruga e Haroldo Tajra na Gráfica

GERALDO MAGELA / SENADO FEDERAL

A Gráfica do Senado – cuja denominação oficial é Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) – utilizou o biênio 2009/2010 para se estruturar visando ao futuro. Aos 47 anos, a Gráfica se renovou para melhor desenvolver o seu papel de oferecer apoio logístico às atividades legislativas das duas Casas do Congresso Nacional por meio da impressão das publicações oficiais.

Uma das primeiras medidas adotadas foi o contingenciamento dos gastos envolvidos na atividade de impressão para coibir que qualquer material da Gráfica fosse utilizado em serviços não inerentes às atividades parlamentares, ao Conselho Editorial e à manutenção e renovação de material de expediente administrativo. Essa decisão foi tomada pelo Ato 10/09, assinado pelo presidente José Sarney.

Também em 2009, a Seep realizou um enxugamento no seu parque gráfico. Por meio de leilão, foram negociados diversos equipamentos ociosos e inoperantes. A extinção do quarto turno de trabalho na área industrial implicou economia de gastos com energia elétrica e transporte de pessoal.

O Ato 3/10 da Comissão Diretora extinguiu a autonomia orçamentária da Gráfica – e também da Secretaria Especial de Informática (Prodasen) –, transferindo suas áreas de compras e contratações para a Secretaria de Administração de Contratações da Casa. Os setores de material e patrimônio e o orçamentário-financeiro também foram unificados e interligados à estrutura do Senado. O mesmo ocorreu com as atribuições do departamento de pessoal, com a seção de atividades especiais e com o serviço de manutenção predial.

– A unificação dessas áreas contribuiu para o fortalecimento das unidades encarregadas da realização da atividade fim da Seep e, consequentemente, para a redução e racionalização da estrutura administrativa e hierárquica do Senado, possibilitando, inclusive, que algumas unidades administrativas da Casa se instalassem em nossas dependências – explica Florian Madruga, diretor da Gráfica.

Até meados de novembro, a Subsecretaria de Edições Técnicas já havia vendido 38 mil livros em suas lojas, nos estandes do Senado em feiras de livros e pela Livraria Virtual (*www.senado.gov.br/livraria*).

Transparência na gestão do plano de saúde

O Sistema Integrado de Saúde (SIS) é o plano destinado ao atendimento médico e social de servidores ativos e inativos do Senado, assim como de seus dependentes. Com mais de 18 mil usuários, o SIS não tem fins lucrativos. Desde 2010, o plano está sendo dirigido por uma nova administração, que fez mudanças para dar mais transparência à gestão financeira. A primeira medida foi tomada pela Mesa diretora, que determinou a reativação do Conselho de Supervisão do SIS. O órgão, criado em 1991, é constituído por nove integrantes e tem como presidente o senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Entre as atribuições do conselho, estão a fiscalização e o controle dos recursos movimentados pelo plano de saúde.

Por decisão do conselho, foi criada em novembro de 2009 uma comissão interna, que fez auditoria nas contas do SIS. O relatório final sugeriu mudanças, adotadas imediatamente pela administração.

A primeira delas foi a determinação de que os recursos do fundo de reserva do SIS, que recebe as contribuições mensais dos servidores para custeio do plano, pudessem ser investidos em títulos federais, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. A justificativa é de que esses títulos apresentam maior rentabilidade. Antes, o dinheiro era investido apenas em poupança. Além das contribuições realizadas pelos servidores, o SIS é mantido com recursos alocados pelo Senado em seu orçamento para a saúde dos servidores.

– No fundo de reserva, ficam apenas os recursos do desconto feito no salário dos servidores, não há repasse do Senado. A contribuição do Senado para o custeio do plano se resume no pagamento realizado diretamente à rede conveniada, com recursos de dotações orçamentárias. Nesse caso, os responsáveis pela execução são o diretor-geral do Senado em conjunto com o diretor da Secretaria de Administração Financeira – explica o diretor do SIS, Adalberto José Carneiro Filho.

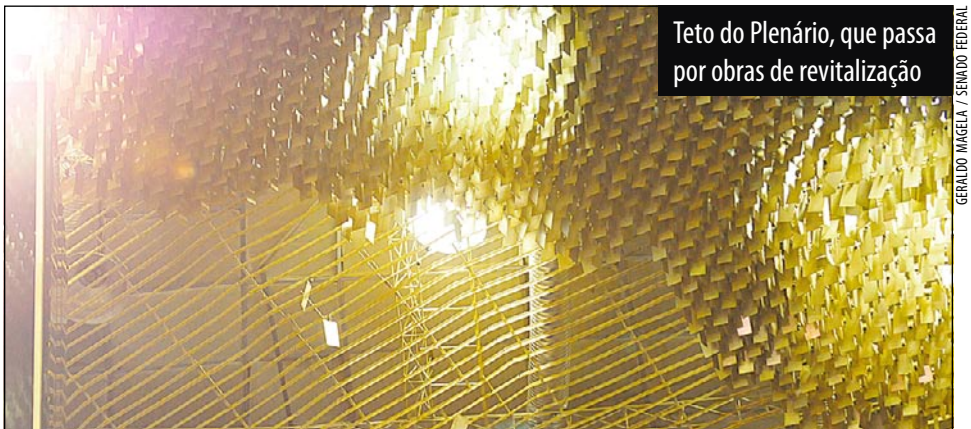
Outras medidas foram o descredenciamento de clínicas que tinham a participação de servidores da Casa e a revogação de ato da Comissão Diretora que concedia assistência médica vitalícia a servidores que tivessem ocupado os cargos de diretor-geral e secretário-geral da Mesa do Senado.

Plenário revitalizado, ar-condicionado ecológico, praça de alimentação e acessibilidade

A Secretaria de Engenharia desenvolve projetos para reduzir gastos, modernizar as instalações e ampliar a acessibilidade. O Plenário passa por uma revitalização. Até 1º de fevereiro, será reformada a parte superior (nova iluminação, substituição do isolamento termoacústico e revitalização do forro artístico). A segunda parte, envolvendo as bancadas e a mesa, ficará para o final de 2011.

A central de ar-condicionado foi ampliada e atualizada. Os equipamentos que utilizavam gás de refrigeração foram substituídos por sistema de centrífugas e torres de resfriamento que climatizam o ambiente a partir de água gelada. A iniciativa representa economia de 20% com energia elétrica.

Já começaram as obras da praça de alimentação do Senado, vizinha ao Serviço Médico (SAMS), com dois restaurantes *fast food* e uma lanchonete, num total de 208 mesas. E para garantir o direito de acessibilidade, o bloco das comissões e a Galeria do Senado ganharam elevadores. As dependências do Senado receberam rampas, corrimões e antiderrapante nas escadas, com os meios-fios de algumas áreas rebaixados.



Teto do Plenário, que passa por obras de revitalização

GERALDO MAGELA / SENADO FEDERAL

Advocacia multiplica processos analisados

A Advocacia do Senado recebeu forte apoio na gestão da atual Mesa, ampliando o seu quadro de profissionais de dez para 28 pessoas, contratadas por concurso público. Assim, conseguiu analisar 1.700 processos em 2010 contra uma média anual de 600 entre 2004 e 2008. Em se tratando de licitações, o tempo médio de análise de um processo caiu de 45 dias para 15 dias corridos.

Luiz Bandeira

J. FREITAS / SENADO FEDERAL

Segundo o advogado-geral, Luiz Fernando Bandeira, anteriormente, devido à falta de pessoal, nem todos os processos relacionados à licitações passavam pelo órgão jurídico, colocando o Senado como alvo de críticas junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

– Esse cenário não existe mais. Hoje todos os processos de contração passam pela Advocacia – afirma.

Estudos de consultoria estão abertos ao público

A Consultoria Legislativa, órgão de assessoramento superior do Senado, elaborou, somente em 2009, mais de 10 mil trabalhos técnicos. Sua finalidade é auxiliar a Mesa diretora, comissões e senadores.

Por meio do seu Centro de Estudos, a consultoria, dirigida por Bruno Dantas, aprofunda o entendimento de assuntos relevantes para a ação parlamentar. O resultados dos estudos, que tratam de grandes temas nacionais, como cartões de crédito, licenciamento ambiental, tarifas de energia, marco regulatório do petróleo e Bolsa Família, entre outros, pode ser acessado pelo público externo no endereço *www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao.htm*.

Também cabe ao Centro de Altos Estudos, juntamente com o Supremo Tribunal Federal, gerir a Estação Glin-Brasil, cujo trabalho consiste em inserir a legislação brasileira no Projeto Global Legal Information Network, com resumos em português e inglês, para permitir a comparação com leis de outros países. O Projeto Glin é sediado na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e envolve 54 países. O endereço do *site* é *www.glin.gov*.

ILB E UNILEGIS

Como um dos mais importantes órgãos de educação e de treinamento legislativo do país, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) formou, entre 2009 e 2010, mais de 26 mil profissionais em cursos presenciais ou a distância. Na Universidade do Legislativo (Unilegis), novos cursos foram oferecidos, como o de Especialização em Orçamento Público. Foram lançados cursos de pós-graduação para assessoramento à Comissão de Assuntos Econômicos e em Direito e Economia, destinado, principalmente, a servidores do Senado.

INTERLEGIS

Em 2010, o programa Interlegis atuou nacional e internacionalmente, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a cooperação técnica entre parlamentos de nações amigas, em especial com os países de língua portuguesa e do Mercosul. Na área de capacitação legislativa, o Interlegis certificou 4.803 servidores, nas modalidades de cursos presencial e a distância.

BIBLIOTECA

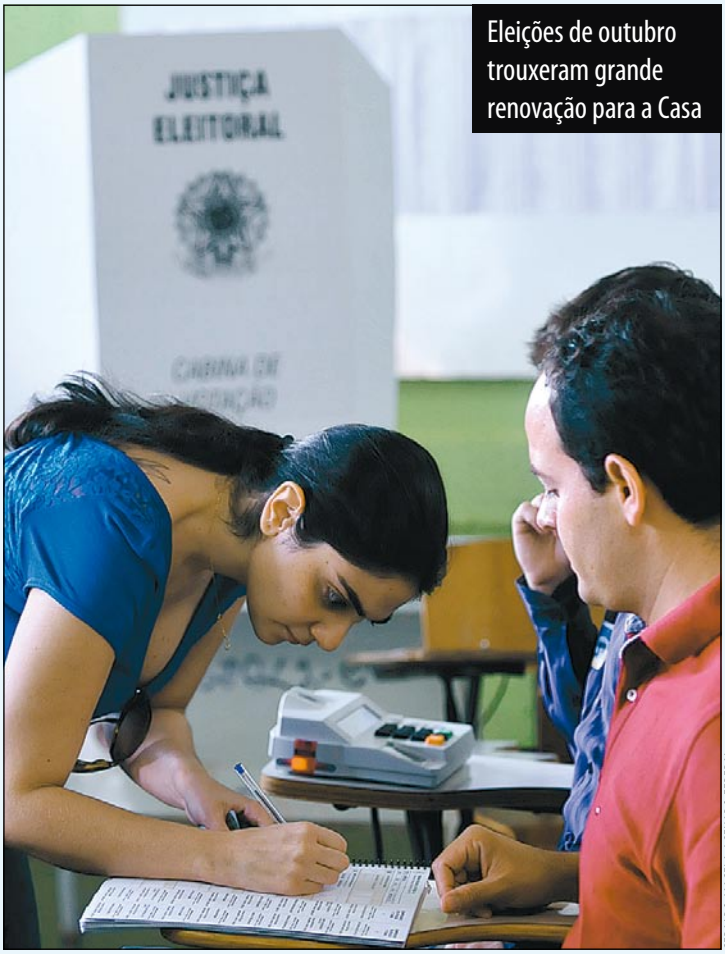
Com 184 anos de existência e mais de 5 mil usuários, a Biblioteca do Senado reúne um acervo de 169 mil volumes que auxilia senadores, consultores e assessores em diversas áreas de interesse, com confiabilidade, acessibilidade e padronização dos dados. Na Biblioteca Digital, que conta com nove coleções (170 mil documentos em texto completo), foram feitas, de 2009 a junho de 2010, 1,3 milhão de consultas eletrônicas. A biblioteca criou – em parceria com o Prodasen e o Interlegis – grupo de trabalho para a implantação do Sistema de Referência Virtual Question Point, da Biblioteca do Congresso Americano, que possibilitará o acesso a pesquisa em 4 mil bibliotecas parlamentares de todo o mundo.

POLÍCIA

A nomeação de nove policiais concursados para a Secretaria de Polícia do Senado permitiu um trabalho mais abrangente e ainda mais eficaz, baseado na melhor distribuição de tarefas. A ampliação do espaço físico em 2010 proporcionou maior conforto aos funcionários e permitiu a expansão do Centro de Controle Operacional, onde se encontra instalado o monitoramento por câmeras de segurança.

FOTO: ANA VOLPE / SENADO FEDERAL

Em 2011, 42 novos nomes no Plenário



Eleições de outubro trouxeram grande renovação para a Casa

GERALDO MAGELA / SENADO FEDERAL

O Senado começará 2011 renovando mais da metade de sua composição. Em jogo, nas eleições de outubro, estavam dois terços do Senado, equivalentes a 54 cadeiras. Entre os vitoriosos, há 37 novos parlamentares. É que dos 27 senadores que tentaram a reeleição, apenas 17 voltam à Casa. Além disso, assumem os suplentes de cinco senadores que foram eleitos governadores. No total, serão 42 parlamentares estreando no Senado no dia 1º de fevereiro, e apenas três deles já tinham sido senadores em ocasiões anteriores: Itamar Franco (PPS-MG), Roberto Requião (PMDB-PR) e João Alberto (PMDB-MA).

O PMDB, com 20 parlamentares, continua como o maior partido, seguido agora pelo PT, com 14; PSDB, com 10; PTB e DEM, com seis senadores cada um. São 15 as legendas com representação.

A nova composição tem apenas 11 mulheres. As oito eleitas em outubro se somam às que têm mais quatro anos de mandato. Despede-se do Senado Marina Silva (PV-AC), que saiu candidata a presidente da República e surpreendeu com quase 20% dos votos. Já Rosalba Ciarlini (DEM) foi eleita governadora do Rio Grande do Norte. Também terminam os mandatos de Ideli Salvatti (PT-SC), Patrícia Saboya (PDT-CE), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Fátima Cleide (PT-RO).

A primeira mulher eleita presidente da República, Dilma Rousseff, do PT, deve ter maioria na Casa. Os partidos que a apoiam somam 60 entre os 81 senadores (*veja quadro à direita*).

Líderes importantes da oposição não conseguiram se reeleger. Caso de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Marco Maciel (DEM-PE). Já José Agripino (DEM-RN) garantiu novo mandato. A oposição ganha o reforço do ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves, do PSDB, e do ex-presidente Itamar Franco, do PPS.

Líderes governistas como Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO) se mantêm na Casa.

A configuração final do Senado depende ainda de decisões da Justiça Eleitoral. É que alguns candidatos, apesar de bem votados, tiveram o registro cassado com base na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10), fruto de projeto de iniciativa popular.

A norma trata das regras de elegibilidade, vedando candidaturas de condenados em segunda instância por diversos crimes e de políticos que renunciaram para fugir à cassação. Como os candidatos barrados apresentaram recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF), é preciso esperar as decisões da corte para que se tenha a exata configuração do Senado e da Câmara dos Deputados.

Bancadas

Três partidos têm mais de 50% das vagas

PMDB	20
PT	14
PSDB	10
DEM	6
PTB	6
PP	5
PR	5
PDT	4
PSB	3
PCdoB	2
PSOL	2
PRB	1
PPS	1
PSC	1
PMN	1
Total	**81**

Obs.: *Esses números podem mudar conforme as decisões do STF em relação a candidaturas impugnadas.*

Romeu Tuma foi corregedor do Senado

GERALDO MAGELA / SENADO FEDERAL

Romeu Tuma (1931-2010)

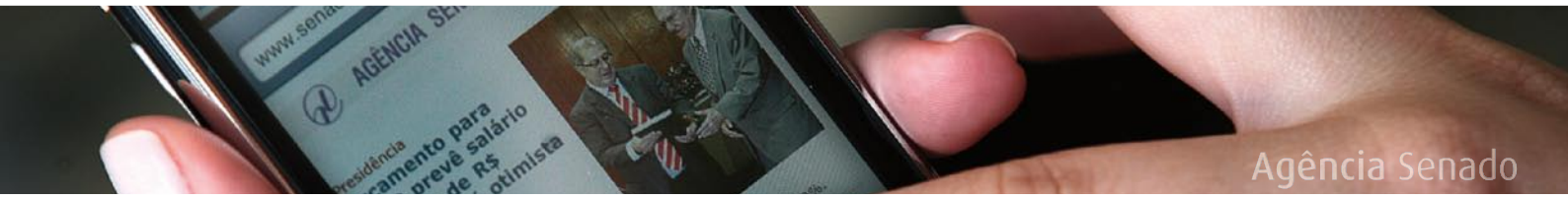
Em 26 de outubro de 2010, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) morreu devido a complicações cardíacas. Policial civil de carreira, ele foi o único até hoje a ocupar o cargo de corregedor do Senado. Empossado como parlamentar pela primeira vez em 1994, foi reeleito em 2001 com 7,2 milhões de votos. Tuma presidiu a Comissão de Assuntos Sociais, foi vice-presidente e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; integrou a Comissão Mista Especial de Segurança Pública, na função de sub-relator, e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol. Presidiu também a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Roubo de Cargas. Como corregedor do Senado, integrava o Conselho de Ética Parlamentar. Também foi 1º secretário da Casa. Ao longo do mandato, Tuma foi autor de 359 propostas. Entre elas, estão a criação do Conselho Nacional de Polícia; o reconhecimento do crime dos "assassinos em série"; e o serviço militar facultativo às mulheres. A vaga de Romeu Tuma foi ocupada por seu primeiro suplente, Alfredo Cotait (DEM-SP).

INFORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Há 15 anos o **Jornal do Senado** retrata, de forma imparcial e objetiva, tudo o que acontece no Senado. As atividades do Plenário, das comissões, da Presidência, do Congresso, das lideranças e dos órgãos da Casa são mostradas, em texto sucinto, nas edições que circulam de segunda a sexta-feira e também na internet.
É a transparência da informação que ajuda você a exercer sua cidadania.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal



SECS | SUPRES - Núcleo de Criação e Marketing Fotos: Ueslei Marcelino

O esforço conjunto da Comunicação do Senado Federal em prol de uma missão:

Comunicar para a Cidadania.

Secretaria Especial de
Comunicação Social

SENADO FEDERAL